

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2024





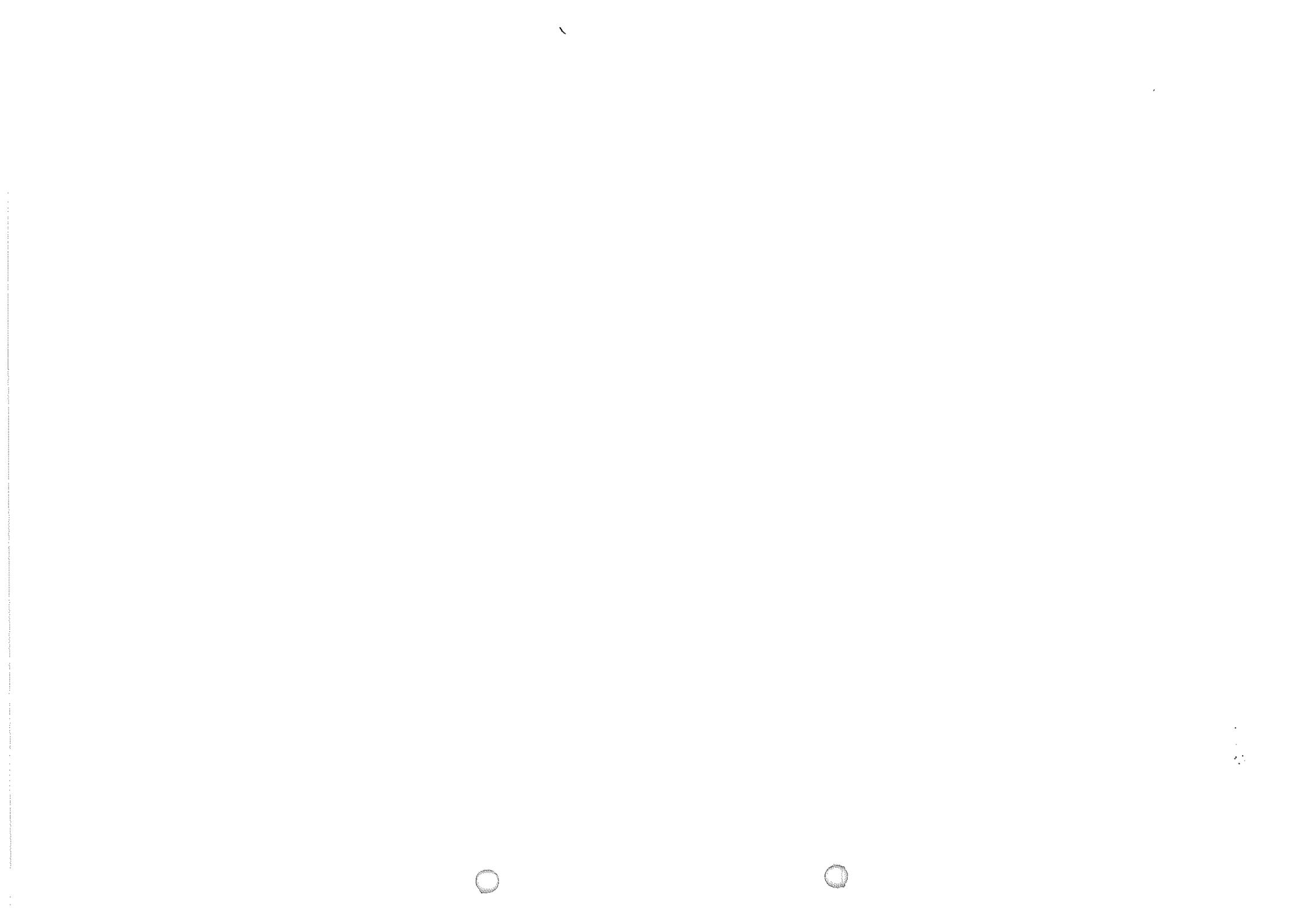
Índice

Conteúdo

Índice	II
Mensagem do Diretor	.1
1. Quem Somos	2
1.1. Missão, visão e valores	.2
1.2. Organização e Equipa	.3
2. Caracterização dos Utentes	4
3. Impacto	6
4. Área de Apoio e Gestão	7
4.1. Recursos Humanos e Voluntariado	.7
4.2. Projetos	.8
5. Advocacy e Comunicação	10
5.1. <i>Advocacy</i>	.10
5.2. Comunicação & <i>Fundraising</i>	.11
5.2.1. Comunicação	.11
5.2.2. Fundraising	.13
6. Área de Acolhimento	14
6.1. Centro de Acolhimento Norte (Vila Nova de Gaia)	.14
6.2. Centro de Acolhimento Sul (Vendas Novas)	.15
6.3. Centro Pedro Arrupe (CPA)	.17
6.4. Habitação	.18
6.5. Comunidades de Hospitalidade (CH)	.19

7. Área de Acompanhamento	21
7.1. Saúde Mental	.21
7.2. Interpretação & Tradução	.21
7.3. Social	.22
7.3.1. Atendimento Social	.22
7.3.2. Apoio médico e medicamentoso	.27
7.3.3. CLAIM Santa Clara ²	.28
7.3.4. CLAIM Porto ³	.28
7.3.5. Mediadores Municipais e Interculturais	.30
7.3.6. Unidade Habitacional de Santo António (UHSA) – Acompanhamento na Detenção	.31
7.4. Academia	.32
7.5. Emprego	.34
7.6. Jurídico	.36
8. Mediadores AIMA e EMAIMA	.37
8.1. AIMA	.37
8.2. EMAIMA	.37
9. Datas Comemorativas	.39
10. Resposta do JRS ao Plano Apostólico da Província Portuguesa da Companhia de Jesus (PAP)	.40
Nota Final	.41
Parcerias de 2024	.42

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials.



Mensagem do Diretor

O ano de 2024 revelou-se um dos mais desafiantes da história do JRS em Portugal. A conclusão de vários projetos, no final de 2023, aliada aos atrasos na abertura de novos Avisos no âmbito do novo quadro comunitário plurianual, colocou-nos perante um cenário de incerteza e exigência acrescida. Paralelamente, a crescente vulnerabilidade das pessoas migrantes que acompanhamos, reforçou a urgência da nossa intervenção, desafiando-nos a reforçar o nosso compromisso e a adaptar as nossas respostas face ao contexto vivido.

Dedicámos um esforço significativo na identificação de novas oportunidades de financiamento que nos permitissem assegurar a continuidade das respostas já implementadas e desenvolver outras essenciais à concretização da nossa missão. Exemplo desta aposta foi a aprovação do projeto «Acolhimento Norte Sul», financiado no âmbito do FAMI 2030, e que veio permitir ativar dois centros de acolhimento, localizados em Vila Nova de Gaia e Vendas Novas, e que no final de 2024, haviam já acolhido aproximadamente 100 pessoas requerentes ou beneficiárias de proteção internacional.

No âmbito das respostas de acompanhamento, prestamos apoio à empregabilidade a mais de 1 700 migrantes; realizámos cerca de 2 390 atendimentos sociais; acompanhámos mais de 60 contratos de arrendamento; formámos mais de 280 migrantes em diferentes áreas e prestamos cerca de 990 consultas de saúde mental, entre tantas outras respostas.

Desafiámos as estruturas governativas a refletirem connosco sobre as necessidades e dificuldades dos migrantes, mas também sobre as responsabilidades do Estado em matéria de acolhimento e integração. Entre outras iniciativas, apresentámos contributos concretos, à Secretaria de Estado da Presidência, relativamente ao fim da figura da Manifestação de Interesse, procurando influenciar políticas que garantam maior justiça e dignidade a quem procura um novo recomeço em Portugal.

Desafiámos a sociedade civil a manter-se envolvida e comprometida com a nossa Missão e daqui resultaram não só um aumento do número de voluntários ativos, mas também um crescimento da nossa presença e impacto nas plataformas digitais, demonstrando assim a importância de trabalharmos continuamente em prol da sensibilização, combatendo a desinformação e os discursos extremistas.

Olhamos para 2024 como um ano difícil, mas também de resiliência. Foi um ano que testou os nossos limites, mas que, ao mesmo tempo, reafirmou a força da nossa Missão e a importância do nosso trabalho junto dos mais vulneráveis.

Uma última palavra de agradecimento, aos nossos doadores e financiadores e à extraordinária equipa de técnicos e mais de 100 voluntários que compõem o JRS. Graças a todos eles, continuamos a ser um porto seguro para milhares de pessoas migrantes. Juntos continuaremos a Acompanhar, Servir e Defender.



André Costa Jorge
Diretor Geral do JRS Portugal



1. Quem Somos

1.1. Missão, visão e valores

O Serviço Jesuíta aos Refugiados (JRS) é uma organização internacional da Igreja Católica, fundada em 1980, sob responsabilidade da Companhia de Jesus.

O JRS tem como missão «Acompanhar, Servir e Defender» os refugiados, deslocados à força e todos os migrantes em situação de particular vulnerabilidade, estando atualmente presente em cerca de 50 países no mundo.

Visão

Uma sociedade marcada por uma cultura de hospitalidade enriquecedora para todos e onde os migrantes, particularmente os mais vulneráveis, encontrem condições para a sua participação ativa como cidadãos de pleno direito e acedam aos meios necessários à sua autonomia.

Valores

Compaixão que impele a aliviar o sofrimento, criando empatia com o outro e tratando-o com respeito e dignidade.

Esperança que os migrantes podem reencontrar e que seja uma resposta ao seu sofrimento e às suas dificuldades.

Solidariedade que nos leva a estar em comunhão com os migrantes, tentando dar resposta aos seus problemas e colocando-nos lado a lado para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

Hospitalidade que nos inspira a reunir as melhores condições de acompanhamento dos migrantes para que se sintam acolhidos e no centro da missão do JRS.

Justiça que nos compromete a trabalhar com os migrantes no sentido da defesa dos seus direitos, para que possam ser membros ativos e de pleno direito na nossa sociedade.

Participação que encoraja a corresponsabilidade, o discernimento e a tomada de decisão conjunta.

Princípios

Identidade Cristã: A ação do JRS é inspirada pela Doutrina Social da Igreja e pela visão cristã da pessoa e do mundo.

Sustentabilidade: A atividade do JRS é desenvolvida tendo em consideração estratégias que conduzam a um equilíbrio financeiro, técnico e ambiental.

Responsabilidade e proatividade: O JRS promove a liberdade e a autonomia de atuação no desenvolvimento das suas atividades, recorrendo apenas a instâncias superiores quando se vê incapaz de levar a cabo a tarefa autonomamente.

Trabalho em parceria: É fundamental desenvolver com terceiros um trabalho em parceria para que sejam encontradas soluções articuladas para os graves problemas que afetam os migrantes.

Trabalho integrado e em equipa: A ação articulada entre as várias equipas do JRS é essencial para uma resposta integrada às múltiplas necessidades dos migrantes que nos procuram.

Avaliação e transparência: Para aferir resultados e o impacto da atuação do JRS é fundamental a monitorização e supervisão, recorrendo à avaliação interna e externa, bem como à autoavaliação, e assim, cultivar uma clareza e transparência nas ações e resultados obtidos.

Handwritten signatures and initials in blue ink.



1.2. Organização e Equipa

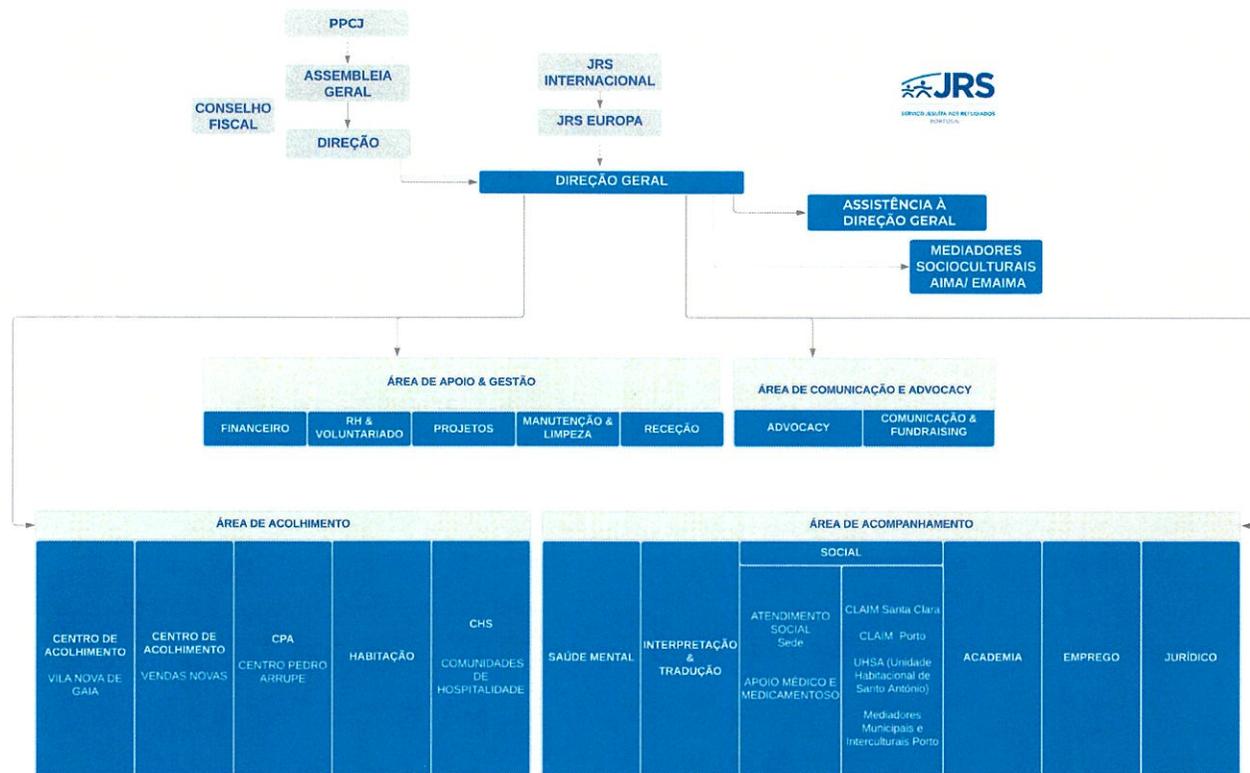


Imagem 1 – Organização e equipa: Organigrama JRS 2024

A equipa do JRS, no ano de 2024, foi composta por 103 colaboradores, com presença em Lisboa, Seixal, Vendas Novas, Porto e Vila Nova de Gaia. Contamos também com 15 Estagiários. A estes juntaram-se 107 voluntários com uma atuação a nível nacional.

De seguida apresentamos os resultados do nosso trabalho ao longo do último ano. Salientamos que este é um trabalho que conta com a colaboração das várias equipas que trabalham no JRS e, por isso, “escrito a várias mãos”.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

2. Caracterização dos Utentes

O ano de 2024, foi marcado por desafios significativos para o JRS. Num contexto de continuidade dos conflitos mundiais, em particular no Médio Oriente e leste europeu, aliado à crise habitacional, ao aumento das resistências ao acolhimento e integração de cidadãos estrangeiros, e ao crescimento do número de pessoas em situação de vulnerabilidade, o JRS reafirmou o seu compromisso de Acompanhar, Servir e Defender, procurando encontrar novas abordagens e estratégias para enfrentar os desafios vividos pelas populações que acompanha.

Assim, no decorrer de 2024, o JRS acompanhou um total de **3 844 pessoas migrantes**, entre as quais imigrantes, requerentes de asilo, beneficiários de proteção internacional e temporária, entre outros, tendo efetuado cerca de **18 378 acompanhamentos**, refletindo o esforço contínuo em providenciar um apoio integral e personalizado.

A análise do número de pessoas acompanhadas nos últimos cinco anos, revela um ligeiro decréscimo em 2024, com uma redução de aproximadamente 36% face a 2023. Este decréscimo não reflete uma diminuição das necessidades da população migrante, mas sim fatores externos que impactaram a capacidade de resposta do JRS. Entre estes principais fatores estão oportunidades de financiamento que surgiram em 2022 e 2023 e que permitiram alavancar o número de pessoas acompanhadas neste período; a conclusão de vários projetos de grande dimensão em dezembro de 2023, o que reduziu a capacidade de resposta; e os atrasos significados no lançamento de novos financiamentos em 2024, o que forçou a um reajuste nas respostas e consequentemente a uma redução do número total de pessoas acompanhadas.

Apesar desta redução, é importante referir que os números de 2024 estão alinhados com os anos anteriores ao início do conflito na Europa de leste. O esforço para manter a qualidade do acompanhamento prestado, mesmo com recursos mais limitados, sublinha a resiliência do JRS e o seu compromisso no acompanhamento de populações migrantes em situação de vulnerabilidade.



Gráfico 1 - Evolução no número de pessoas acompanhadas pelo JRS

No que diz respeito ao perfil demográfico da população acompanhada pelo JRS em 2024, os dados revelam uma concentração significativa de pessoas migrantes em idade ativa, com uma predominância significativa do sexo feminino (64%).

No que diz respeito às nacionalidades mais representativas, manteve-se a tendência histórica de predominância de cidadãos oriundos de países pertencentes às comunidades de países de língua portuguesa (CPLP) manteve-se em 2024. Assim, das 92 nacionalidades, as mais representativas foram: **S. Tomé e Príncipe** (27%), **Guiné-Bissau** (12%), **Angola** (8%), **Brasil** (8%), **Colômbia** (6%) e **Afeganistão** (4%). De observar que se verificou uma redução significativa na população ucraniana (4%), o que poderá estar associado com a saída de Portugal e/ou com o seu grau de autonomização.

De referir que o Afeganistão continua a figurar entre as nacionalidades mais representativas, refletindo o impacto dos programas de acolhimento humanitário desenvolvidos nos anos anteriores.



Imagem 2 - Diversidade de nacionalidades presentes no ano de 2024

A distribuição geográfica da população acompanhada pelo JRS em 2024 revela uma presença abrangente em **69 concelhos distintos**. Entre esses, destacam-se **Lisboa** (20%), **Loures** (17%), **Porto** (13%) e **Sintra** (7%) como as proveniências das pessoas acompanhadas que recorreram aos serviços do JRS. A nível distrital, foram acompanhadas pessoas migrantes 17 distritos

distintos (num total de 18), consolidando assim cada vez mais a abrangência nacional do JRS. Essa predominância não é apenas uma consequência da densidade populacional estrangeira nessas áreas metropolitanas, mas também reflete a proximidade junto das áreas estratégicas onde o JRS tem vindo a estabelecer a sua intervenção, neste momento com três polos principais, Lisboa, Porto e Vendas Novas.

No que diz respeito às habilitações académicas, dos dados disponíveis, verifica-se que cerca de 27% das pessoas acompanhadas concluíram o ensino secundário, seguido de 15% que concluíram o 3º ciclo do ensino básico e 14% detêm um curso superior, sendo por isso pessoas com um nível de escolaridade médio e com potencial elevado para ingressarem no mercado de trabalho português.



Gráfico 2 - Nível de escolaridade da população acompanhada

No que concerne ao perfil social, verifica-se 33% de pessoas migrantes em situação de vulnerabilidade. De referir que para o JRS, a definição de um perfil de vulnerabilidade passa por um conjunto complexo de fatores que tem em conta diferentes dimensões, nomeadamente: a sua situação socio-legal, situação habitacional; situação face ao emprego, rede de suporte, entre outros. Comparativamente com anos anteriores, este valor tem-se mantido constante na ordem dos 30% do número total de pessoas acompanhadas.

Relativamente ao tipo de utente, manteve-se a predominância de pessoas imigrantes representando 86% do total de pessoas acompanhadas, seguido de requerentes (4%) e beneficiários de proteção internacional ou temporária (4%).

M
M.
BB
f
A



M
uf.
fr
X

3. IMPACTO

3 844 pessoas migrantes
92 nacionalidades
18 378 acompanhamentos

280 formandos
 dos quais 225 concluíram os cursos

→ **24 cursos** desenvolvidos
 → **67** encontram-se **integrados** profissionalmente

ACADEMIA

CENTROS DE ACOLHIMENTO PARA PESSOAS BENEFICIÁRIA DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL

93 pessoas acolhidas
 19 acolhimentos concluídos

2398
 pessoas acompanhadas

15 cidades
50 voluntários
111 pessoas refugiadas

371 PESSOAS ATENDIDAS
 e **21** atividades executadas

MEDIADORES CULTURAIS



151 UTENTES
 e **135** ações orientadas para a saída

UNISA

>10.000 interações orgânicas nas redes sociais
>250 mil pessoas alcançadas

COMUNICAÇÃO

52 RESIDENTES
 ao longo do ano, tendo sido registadas **21** saídas

CPA **338** ações ocupacionais e formativas

1721 pessoas migrantes atendidas pelo gabinete de emprego, resultando em

337 ofertas de emprego angariadas e
94 colocações profissionais

66 CONTRATOS DE ARRENDAMENTO apoiados e **84** pessoas atendidas

HABITAÇÃO



120 intérpretes compõem a bolsa
177 serviços de interpretação e de tradução escrita

GABINETE DE INTERPRETAÇÃO E MEDIAÇÃO CULTURAL

→ **21 mediadores**
 → **19.000** atendimentos de recolha de **dados biométricos**
 → **6.600** atendimentos para **triagem documental**

EMAIMA



987 CONSULTAS DE SAUDE MENTAL
 a utentes de **23** nacionalidades



107 voluntários

PROJETOS

→ **22** projetos em execução
 → **17** candidaturas elaboradas

ADVOCACY

33 briefings
20 referências na comunicação social

SOCIAL

2386 atendimentos a 1121 utentes

418 atendimentos de apoio médico e medicamentoso

4. Área de Apoio e Gestão

4.1. Recursos Humanos e Voluntariado

A área de Recursos Humanos e Voluntariado do JRS Portugal gere, integra e acompanha trabalhadores e presta suporte às equipas do terreno na gestão do voluntariado. No RH, o foco está no recrutamento, gestão administrativa, comunicação interna e desenvolvimento das equipas. No Voluntariado, o RH desempenha um papel de suporte, facilitando processos de integração e promovendo boas práticas, enquanto as equipas no terreno mantêm autonomia na articulação e acompanhamento dos voluntários.

Indicadores de gestão de pessoas 2024

Processos de Contratação

Em 2024, o JRS iniciou o ano com 55 trabalhadores ativos (39 no JRS e 16 mediadores socioculturais no Centro de Contacto da AIMA) e 10 trabalhadores em *layoff*, resultante do encerramento de alguns projetos no final de 2023. Entre abril e julho, esses colaboradores foram reintegrados conforme a aprovação de novos projetos.

Ao longo do ano, o departamento dos RH conduziu 47 processos de recrutamento para suprir necessidades operacionais e responder a projetos aprovados. Este número inclui todas as admissões, independentemente da permanência dos profissionais, abrangendo contratações para novas posições e substituições.

Desta forma, este indicador não reflete apenas o aumento líquido de trabalhadores na organização, mas sim o volume total de admissões processadas pelo RH ao longo do ano, evidenciando a dinâmica da gestão de pessoas em 2024 e o papel estratégico do gabinete de RH na adaptação das equipas às exigências institucionais.

PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO - RH 2024

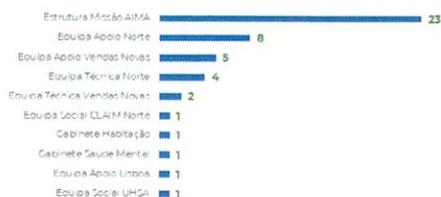


Gráfico 3 - Estrutura das Equipas

Equipa de Apoio: Responsável por serviços essenciais ao funcionamento do espaço, incluindo limpeza, manutenção, segurança e cozinha.

Equipa Técnica: Composta por profissionais especializados, como técnicos sociais, psicólogos e educadores sociais, que garantem o acompanhamento e a intervenção necessária junto dos beneficiários.

A análise das admissões ao longo do ano demonstra que a maioria dos processos de recrutamento esteve direcionada para a composição da Equipa de Mediação Sociocultural da Estrutura de Missão da AIMA. Além disso, uma parte significativa das admissões foi dedicada à composição das equipas técnicas e de apoio nos centros de acolhimento de Vila Nova de Gaia e Vendas Novas.

No final de 2024, o JRS tinha na sua estrutura **103 trabalhadores ativos**.

Composição da Equipa do JRS - 2024

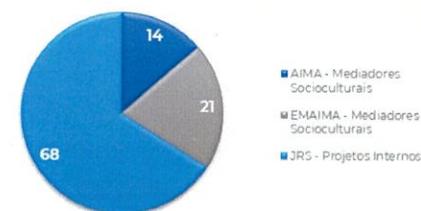


Gráfico 4 - Composição da Equipa do JRS (2024)

Para além do recrutamento, a área de Recursos Humanos mantém um papel ativo no acompanhamento e integração dos trabalhadores, garantindo suporte operacional e promovendo uma experiência estruturada no JRS Portugal.

Cessação de Vínculos Laborais

Este indicador abrange todas as formas de saída da organização, classificadas em:

- **Voluntárias** – Decisões tomadas pelo próprio trabalhador.
- **Involuntárias** – Decisões tomadas pela organização.
- **Outras** – Englobam diferentes circunstâncias, como término de contratos temporários, substituições e falecimentos.

De seguida, apresentamos a distribuição detalhada dos movimentos de saída ao longo do ano.

Cessação de Vínculos Laborais



Gráfico 5 - Cessação de Vínculos Laborais



Rotatividade (Turnover)

Para este indicador, são contabilizadas apenas as saídas voluntárias e involuntárias, excluindo-se as saídas previamente programadas, como o término de contratos temporários (ex.: substituições por licença de maternidade) e situações fora do controlo da organização, como falecimentos.

Esta metodologia permite uma análise mais precisa da dinâmica de retenção e **estabilidade da equipa**, garantindo que o indicador reflita exclusivamente os movimentos que podem ser geridos e influenciados pelo JRS Portugal.

Análise da Rotatividade - 2024

- Taxa global de rotatividade: 10,71%
- Taxa de rotatividade voluntária: 9,52%
- Taxa de rotatividade involuntária: 1,19%

Análise dos Dados

A maioria das saídas registadas em 2024 resultou da iniciativa dos próprios colaboradores, como demonstra a taxa de rotatividade voluntária (9,52%). As principais razões identificadas nas entrevistas de saída apontam para a procura de melhores condições salariais, refletindo os desafios da retenção de talento no setor social.

Por outro lado, a taxa de rotatividade involuntária manteve-se baixa (1,19%), evidenciando a estabilidade da equipa e a consistência na gestão de recursos humanos.

Impacto e Reflexão

Apesar do peso das saídas voluntárias, a estabilidade geral da equipa demonstra que, em 2024, o JRS conseguiu garantir a continuidade dos serviços prestados, assegurando o acompanhamento regular aos utentes.

A taxa global de rotatividade (10,71%) situa-se dentro de um nível moderado e adequado para o setor, não comprometendo a capacidade de resposta da organização.

Gestão de Voluntários

O voluntariado é um pilar essencial no trabalho do JRS Portugal. Em 2024, registou-se uma média de **107 voluntários** a colaborar de forma estável, com maior concentração nas Comunidades de Hospitalidade, Centro Pedro Arrupe e no Gabinete de Saúde Mental.

Encontro de Voluntários – maio de 2024

Em maio de 2024, o JRS promoveu um **Encontro de Voluntários**, reunindo voluntários da sede do JRS e do Centro Pedro Arrupe (CPA).

O encontro proporcionou um **momento de partilha e integração**,

reforçando o espírito de missão que norteia o voluntariado no JRS. Durante a atividade, os participantes tiveram a oportunidade de ler e refletir sobre a Carta Fundadora do JRS (*Carta do Padre Pedro Arrupe, 1980*), fortalecendo o alinhamento com os valores institucionais.

O encontro contou também com um almoço partilhado, promovendo um ambiente de proximidade e descontração entre os voluntários.



Imagens 3 e 4 – Voluntários 2024

O JRS Portugal mantém o compromisso de fortalecer a gestão do voluntariado, garantindo um alinhamento eficaz entre as necessidades das equipas e os recursos disponíveis.

4.2. Projetos

Num ano marcado por inúmeros desafios, nomeadamente pelo crescente número de pessoas migrantes em situação de vulnerabilidade, pela conclusão de vários projetos em 2023 e pelos atrasos no lançamento de avisos no âmbito do novo quadro financeiro plurianual, o gabinete de projetos procurou responder ativamente através da captação de novos financiamentos e da elaboração de candidaturas a projetos alinhados com as necessidades do terreno.

Neste contexto, o trabalho desenvolvido pela área centrou-se essencialmente nos seguintes eixos:

• Acompanhamento próximo das Equipas

Foi desenvolvido um acompanhamento próximo das equipas, permitindo um conhecimento aprofundado das suas necessidades, prioridades e desafios, para procura de soluções e adequação de novos projetos às realidades do terreno;

• Monitorização e Apoio na Execução de projetos

Ao longo de 2024, a equipa de Projetos dedicou-se intensamente à elaboração de candidaturas ao FAMI 2030, num contexto de transição para uma nova entidade gestora deste financiamento em Portugal. Este pro-

M
M.
Zb
F
A

cesso exigiu um profundo estudo dos novos procedimentos, formulários e modelos de financiamento, bem como uma adaptação contínua às novas diretrizes e aprendizagem de uma nova plataforma de gestão. Neste sentido, e de forma a assegurar a correta submissão das candidaturas e a implementação eficaz dos projetos, a equipa de projetos manteve um contacto permanente com a Autoridade de Gestão do FAMI 2030, esclarecendo dúvidas e alinhando metodologias. Paralelamente, foi dado um acompanhamento contínuo às equipas de terreno responsáveis pela execução dos novos FAMIs, garantindo-lhes o acesso à informação necessária para uma gestão eficiente dos projetos.

Garantiu-se, assim, uma monitorização contínua e um apoio próximo à execução dos projetos, em estreita articulação com as equipas responsáveis. No decorrer do ano, foram implementados 22 projetos, dos quais 4 de continuidade a longo prazo e 9 a iniciar em 2024. Paralelamente, 8 projetos foram concluídos no decorrer do ano.

- **Preparação de candidaturas de novos projetos;**

Foram elaboradas e submetidas 17 candidaturas a novos projetos em colaboração direta com as equipas responsáveis e com a Direção. Destas 6 foram aprovadas.

- **Procura de fontes de financiamento diversificadas**

Foi ainda realizada uma pesquisa contínua de diferentes fontes de financiamento, desde fundos comunitários a programas de financiamento de fundações e/ou entidades privadas. Foram estudados e analisados mais de 30 regulamentos.

- **Acompanhamento do processo de consultoria ao JRS**

No âmbito do processo de consultoria externa ao JRS, foram efetuados vários contactos com empresas especialistas, em regime pro-bono, embora sem sucesso na obtenção de um parecer positivo. Como alternativa, foi submetida uma candidatura ao Programa Social LeapFrog, desenvolvido pela Nova Business School. Este programa prevê um acompanhamento com duração de três anos, iniciando-se com um diagnóstico organizacional inicial, seguido de um plano customizado às necessidades do JRS.

Por último, apresentamos ao lado a listagem de projetos ativos ao longo de 2024.

	Entidades financiadoras	Nome projeto	Data início	Data fim
1	Segurança Social	Acordo Atípico Segurança Social - Sede	01/10/2009	
2	Segurança Social	Acordo Atípico Segurança Social - CPA	01/05/2006	
3	AIMA	Mediadores AIMA	04/09/2006	
4	PSP	UHSA	13/02/2006	
5	Alto Comissariado para as Migrações	Projeto Comunidades Hospitalidade	01/10/2016	31/12/2024
6	JRS Europa (OAK Foundation)	Advancing immigration detention reform	01/11/2020	31/05/2024
7	BNP Paribas	Talents and Skills Academy	01/03/2022	31/12/2024
8	Donativos	Apoio Ucrânia	01/05/2022	31/12/2024
9	JRS Europa (UA Integration Fund)	Safe Rent Programme	01/06/2022	30/06/2024
10	Prémio BPI Solidário	Alba - Mudanças@4Life	01/01/2023	31/12/2024
11	PRR / CM Porto	Projeto Equipa de Mediadores Municipais e Interculturais 23-25	22/09/2023	31/12/2025
12	JRS Europa / Erasmus+	Together for Change	01/10/2023	31/01/2026
13	Integration Fund 2023	Empower UA - Next Level	01/01/2024	31/07/2024
14	Linsi Foundation	Livelihoods	02/11/2023	30/04/2024
15	Jrs Internacional	Resettlement Former JRS Afghan Staff	27/12/2023	31/05/2025
16	Junta de Freguesia do Bonfim	Pontes para o Futuro	01/01/2024	30/11/2024
17	FAMI / FAMI2030 (75%); AIMA (25%)	CLAIM 3.0		31/12/2026
18	FAMI / FAMI2030 (75%); AIMA (25%)	Acolhimento Norte Sul		31/12/2025
19	Hardship Fund	Solidarity in Action	01/01/2024	31/12/2024
20	AIMA	Mediadores Estrutura de Missão	01/09/2024	31/05/2025
21	AIMA	Acolhimento de espontâneos	11/01/2023	
22	FAMI / FAMI2030 (75%); AIMA (25%)	Palavras Cruzadas	01/01/2024	31/12/2025

Tabela 1 – Listagem de projetos ativos ao longo de 2024

M
af.
JB
K
A



5. Advocacy e Comunicação

5.1. Advocacy

O trabalho do Gabinete de *Advocacy* exige, antes de mais, uma imersão prática na vida e no contexto das pessoas migrantes, conhecendo *in loco* e *in persona* a sua situação, e acompanhando-os nos árduos processos de integração na nossa sociedade. A experiência aí adquirida é alvo de uma profunda reflexão à luz das dificuldades e necessidades dos migrantes, mas, também, das possibilidades legais e obrigações do Estado em acolher e integrar as pessoas que nos procuram. Este percurso, que parte da experiência concreta e que reflete sobre ela, buscando o contexto teórico necessário e envolvendo o conhecimento de todas as dimensões (políticas, económicas, humanas, sociais, ...), retorna à prática aplicando esse conhecimento e apresentando, posteriormente, recomendações, caminhos e soluções concretas.

O último trouxe vários novos desafios ao Gabinete de *Advocacy*, desde logo, a redução da capacidade de resposta ao longo do primeiro semestre por redução de mais de metade dos recursos humanos no final do ano de 2023.

No ano de 2024, destacam-se as seguintes atividades:

• Eleições legislativas

Este ano foi marcado pela eleição legislativa portuguesa. A este respeito, o Gabinete colaborou com a organização *Humanity On the Move* (HOM) na elaboração de um documento que analisou criticamente os programas eleitorais de todos os partidos com assento parlamentar, procurando sensibilizar os eleitores, através da comunicação social, para a importância do voto consciente. O Gabinete participou ainda numa reunião com outras associações, a convite do partido Bloco de Esquerda, para apresentação das principais preocupações políticas.

• Novo Pacto & Eleições europeias

A 10 de abril, o Parlamento aprovou a versão final do Novo Pacto sobre Migração e Asilo da União Europeia. Este tema exigiu uma articulação intensa entre o JRS Europa e JRS nacionais para efeitos de sensibilização dos eurodeputados nacionais e de comunicação de uma posição institucional uniforme na União Europeia.

O Gabinete colaborou ainda na construção da narrativa de uma campanha de sensibilização dinamizada pelo JRS Europa, a propósito das eleições de 9 de junho para o Parlamento Europeu, implementada em cola-

aboração com o Gabinete de Comunicação do JRS Portugal.

A articulação com o JRS EU sobre ambos os temas traduziu-se, ainda, na participação em *Taskforces*, presenciais e online, que ocorreram em janeiro, abril e setembro.

O Gabinete publicou em julho um artigo de opinião no Ponto SJ, condenando as políticas europeias de externalização do asilo e participou, ainda, em fóruns internacionais relevantes, como a 9ª edição do “European Migration Forum” da Comissão Europeia, que aconteceu em novembro, em Bruxelas.

Participou, em setembro, num estudo desenvolvido pela OIM Portugal que inspirou o Plano Nacional de Implementação do Pacto, dando os seus contributos, sobretudo nas áreas da detenção e integração de refugiados.

• Detenção & Alternativas à detenção

Ao longo do primeiro trimestre, o Gabinete contribuiu para a elaboração dos vários relatórios temáticos dinamizados ao abrigo do projeto “Monitoring Detention | Detention under the spotlight”, financiado pela OAK Foundation. O Gabinete implementou ainda, em colaboração com o Gabinete de Comunicação, um evento final do projeto, que ocorreu em março e que resultou na assinatura de uma Declaração de Compromisso de respeito pelos direitos humanos dos cidadãos estrangeiros detidos. Este evento e compromisso envolveu também a PSP, a Provedoria de Justiça, a OIM Portugal e os Médicos do Mundo e foi amplamente divulgado na comunicação social. Na sequência deste evento, a equipa participou ainda numa visita de sensibilização ao Espaço Equiparado a Centro de Instalação Temporária (EECIT) Lisboa, a convite da Divisão de Segurança Aeroportuária e Controlo Fronteiriço.

O Gabinete articulou, também, com *stakeholders* relevantes na área das alternativas à detenção, por forma a criar parcerias informais e aprofundar o tema, partilhando boas-práticas. É exemplo disso a articulação com a OIM Portugal (março), a IDC (abril) e a ICMPD Türkiye (dezembro). Marcou, ainda, presença num evento da EATDN, que ocorreu em junho, em Madrid, bem como no encontro anual DVSG – *Detention Visitors Support Group*, organizado pelo JRS Europa, em novembro.

• Extinção do SEF e criação da AIMA

Não obstante a alteração orgânica tenha produzido efeitos no final do ano de 2023, as repercussões marcaram de forma significativa o ano de 2024. Este tema requereu, assim, a atenção do Gabinete para a sensibilização da Casa Civil da Presidência (março), da Secretaria de Estado da Presidência (maio), da Provedoria de Justiça (novembro).

• **Mecanismos de regularização**

O tema motivou várias ações de sensibilização ao longo do ano, desde logo, a identificação dos principais obstáculos à célere regularização junto do Conselho Diretivo da AIMA, em colaboração com o consórcio FORCIM (fevereiro).

- O ano de 2024 foi ainda marcado pelo fim da figura da Manifestação de Interesse, em junho. Dada a importância do tema, o Gabinete apresentou os seus contributos à Secretaria de Estado da Presidência, numa audiência concedida em julho. Apresentou, ainda, as suas preocupações e recomendações no âmbito do estudo desenvolvido pelo ISCTE, “Mirrem: Measuring Irregular Migration and related Policies”, também em julho.

Participou, ainda, na *Taskforce* organizada pela PICUM em outubro, sobre mecanismos de regularização atualmente em vigor na União Europeia e perspetivas de futuro, face à implementação do Novo Pacto.

Outras atividades:

- Articulação com o coordenador de Advocacy do JRS Internacional (janeiro) e com a representante do JRS em Genebra (abril);
- Contributos ao Plano Estratégico Ensino Português da AIMA, em articulação com a equipa de Acolhimento e Academia JRS (fevereiro);
- Apresentação, em junho, dos resultados do estudo desenvolvido pelo estagiário Afonso Ornelas, que visou o mapeamento de políticas públicas locais, nacionais, europeias e internacionais para promoção do acesso à habitação por parte de migrantes e refugiados;
- Apoio na organização e assessoria de imprensa no Dia Mundial do Refugiado, em junho;
- Apresentação, em junho, dos contributos do JRS à ECRI - Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância
- Sensibilização, em outubro, dos deputados da 1ª Comissão e contributos ao Projeto de Lei n.º 220/XVI/1.ª sobre o Regime de Transição relativo à nova Lei de Imigração e Projeto de Lei n.º 219/XVI/1.ª que cria o Visto Humanitário
- Participação, em outubro, no evento online promovido pela MRCI e PICUM, “Online Roundtable on Human Rights Compliant Pathways for Safe and Regular Migration”
- Distribuição de panfletos CLAIM e informação a potenciais utentes sobre o serviço CLAIM em articulação com a Freguesia do Bonfim (outubro);
- Apresentação de contributos e recomendações a membro da 1.ª Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, projeto Comissão dos Cidadãos da organização, em matéria de reconhecimento de graus e diplomas estrangeiros;
- Participação, em dezembro, no Congresso «Escravaturas de Ontem e de Hoje: Servidões, Rebeliões e Opressões», Universidade Europeia;
- Reunião, em novembro, com Secretaria de Estado da Presidência para identificação de obstáculos enfrentados pelos utentes no acesso

ao ISS e AT, a suspensão do programa de admissões humanitárias e dificuldades de financiamento dos projetos de acolhimento e acompanhamento do JRS;

- Participação, ao longo do ano, nas reuniões do FORCIM (Forum das Organizações Católicas para as Imigrações);
- Participação nos encontros e reuniões do KAICIID – *intergovernmental organization that promotes peace and understanding through interreligious and intercultural dialogue*.

5.2. Comunicação & Fundraising

5.2.1. Comunicação

O Gabinete de Comunicação do JRS Portugal desempenha um papel estratégico na missão de **acompanhar, servir e defender as pessoas migrantes**, promovendo a divulgação do impacto do trabalho da organização na sociedade portuguesa.

O gabinete opera em estreita colaboração com o Gabinete de *Advocacy*, assegurando a comunicação de posições holísticas em defesa dos direitos das pessoas migrantes junto de **decisores políticos, parceiros estratégicos e da sociedade civil**.

Os principais objetivos da área de Comunicação incluem:

- **Dar visibilidade** à missão e às iniciativas do JRS Portugal, através de uma segmentação estratégica dos públicos-alvo e do uso eficiente dos canais de comunicação;
- **Articular o trabalho de comunicação** com as restantes áreas do JRS, apoiando a dimensão comunicacional de projetos e iniciativas específicas;
- **Progredir na criação de conteúdos** que reforcem a imagem dos projetos, garantindo uma comunicação eficaz através dos canais digitais e materiais promocionais;
- **Ampliar a presença online** e nas redes sociais, sensibilizando os diversos públicos para as causas que defendemos;
- **Dar voz a quem não a tem**, assegurando a promoção dos direitos e da dignidade das pessoas migrantes em situação de vulnerabilidade;
- **Colaborar com a equipa de fundraising**, com o objetivo de mobilizar recursos e gerar donativos para fortalecer a ação do JRS.

Com esta abordagem integrada, o Gabinete de Comunicação contribui de forma significativa para a promoção e concretização da missão do JRS Portugal, reforçando o impacto positivo da organização junto das comunidades que serve.

Principais Atividades de 2024

Em 2024, o Gabinete de Comunicação enfrentou novos desafios, desta-



cando-se a diminuição significativa da capacidade de resposta devido à redução de dois terços da equipa no final de 2023 e à necessidade de reorganizar o seu funcionamento como prioridade inicial.

Boletim + – Aquando das eleições legislativas em março de 2024, os gabinetes de Advocacy e Comunicação do JRS lançaram, em parceria com a *Humanity On the Move* (HOM), uma campanha nas redes sociais, “Boletim +”, com o objetivo de sensibilizar os eleitores para o voto consciente em questões migratórias. Esta iniciativa visou destacar a importância de políticas migratórias mais abertas para a sustentabilidade económica e social do país, bem como enfatizar o tema junto aos partidos políticos e à população eleitora. A campanha culminou num relatório conjunto, que relata os programas eleitorais de cada partido e desafia os partidos a discutirem e aprofundarem as propostas dos seus Programas Eleitorais, para que o silêncio político em torno de questões sensíveis não se torne um terreno fértil para o crescimento da extrema-direita.

Há notícias que têm de ser dadas – A campanha “Há notícias que têm de ser dadas” incentivou a consagração do IRS ao JRS Portugal, refletindo o impacto da migração e da separação familiar. Dirigida à sociedade civil portuguesa, destacou a dor das palavras não ditas de pessoas migrantes e refugiadas que deixaram tudo para trás, mas também daqueles que emigraram à procura de uma vida melhor. Com um apelo emocional forte, a iniciativa mobilizou o público a **doar 0,5% do IRS**, ajudando o JRS a proporcionar um destino digno a quem mais precisa.

Monitoring Detention – No dia 6 de maio, o JRS Portugal, em colaboração com a PSP, a Provedoria de Justiça, a Organização Internacional para as Migrações e os Médicos do Mundo, formalizou um compromisso para a defesa dos direitos das pessoas estrangeiras detidas em Portugal, com foco na melhoria das condições nos centros de detenção temporária. Este compromisso foi anunciado durante o Evento de encerramento do projeto “Monitoring Detention”, organizado pela comunicação, liderado pelo JRS Europa e financiado pela OAK Foundation, que comparou condições de detenção em 14 países europeus. O evento destacou a assinatura de uma declaração conjunta, a divulgação de um relatório inicial e a partilha de boas práticas como o modelo da UHSA, reforçando a colaboração entre governos e organizações para a proteção dos direitos humanos nos espaços de detenção.

Dear European Parliament – A comunicação do JRS Portugal colaborou na construção da campanha “Dear European Parliament”, dinamizada pelo JRS Europa, com o objetivo de apelar ao voto consciente nas eleições para o Parlamento Europeu a 9 de junho. A campanha, que visa mobilizar sobretudo jovens eleitores, utiliza vídeos curtos e envolventes para ilustrar o impacto humano das decisões parlamentares e reforçar que mudanças positivas são possíveis. A articulação com o JRS EU traduziu-se, ainda, na

participação em *Taskforces*, presenciais e online, que ocorreram em janeiro e novembro.

Dia Mundial do Refugiado – A comunicação organizou o evento de inauguração do Centro de Acolhimento de Vendas Novas, em celebração do Dia Mundial do Refugiado, a 20 de junho de 2024, e coordenou a assessoria de imprensa, em articulação com o Gabinete de *Advocacy*.

Together for Change – O JRS Portugal, em parceria com o JRS Europa, lançou um projeto para fomentar o envolvimento cívico dos jovens. O objetivo foi encorajá-los a desafiar estereótipos, sensibilizar para os desafios enfrentados por pessoas migrantes e promover mudanças de atitudes na sociedade. O projeto inclui workshops de comunicação, formação de jovens entre os 18-35 anos com percurso migratório para criarem contra narrativas e iniciativas concretas como eventos culturais em escolas primárias e projetos de *advocacy*, arte e políticas em escolas secundárias.

JRS em números – O JRS lançou uma campanha de *fundraising* baseada na partilha de dados estatísticos e resultados alcançados ao longo do ano anterior. A iniciativa destacou números impactantes, reforçando a transparência e a relevância do trabalho desenvolvido. Ao evidenciar os resultados concretos, a campanha procurou mobilizar a sociedade civil e os parceiros estratégicos, apelando ao apoio financeiro para continuar a promover a dignidade e os direitos das pessoas migrantes em Portugal.

Dia Internacional dos Migrantes – No Dia Internacional dos Migrantes, o JRS Portugal reforçou a sua mensagem de solidariedade, refletindo sobre a humanidade que une todas as pessoas, independentemente das fronteiras que cruzam ou das circunstâncias que as movem. Inspirado pelas palavras do Papa Francisco — “O Senhor está com os nossos migrantes no nosso mar, o Senhor está com eles, não com aqueles que os repelem” —, o JRS sublinhou a importância de acolher como um ato de justiça e oportunidade de crescimento coletivo.

Botão de Fundraising – A comunicação coordenou a criação do botão de donativos no site do JRS, garantindo um *feedback* e agradecimento aos novos doadores.

Principais dados estatísticos

Em 2024, as plataformas digitais do JRS Portugal registaram resultados significativos, apesar da ausência de campanhas pagas, demonstrando o impacto e a eficácia do conteúdo orgânico. No Facebook, o número de visitas alcançou **15.800**, representando um aumento de **21,1%** em relação ao ano anterior, enquanto o alcance total foi de **61.763 pessoas**, com um aumento de **92,8% no alcance orgânico**. No Instagram, as visualizações atingiram **88.118**, com um alcance de **23.855 pessoas** e um crescimento de **100% no alcance orgânico**. Além disso, o número de seguidores no

Handwritten notes and signatures in the right margin.

Instagram foi consolidado em **518**, e as interações nas duas plataformas totalizaram **6.672 – 3.600 no Instagram e 3.072 no Facebook**. Estes números refletem a capacidade do JRS Portugal em envolver a sociedade e promover as suas causas exclusivamente através de estratégias não patrocinadas.

No **LinkedIn**, o impacto também foi expressivo, com **115.406 impressões** ao longo do ano. As interações incluíram **3.581 reações, 45 comentários e 53 partilhas**, um total de **3.679**. A página cresceu para um total de **4.944 seguidores**, com a adição de **654 novos seguidores**. Estes números refletem o sucesso da estratégia de comunicação digital do JRS Portugal, que tem mobilizado um público crescente para as suas causas e mensagens de solidariedade e inclusão.

5.2.2. Fundraising

Integrada na estratégia global do JRS Portugal, a angariação de fundos (*fundraising*) desempenha um papel vital na sustentabilidade e expansão das atividades do JRS. Por meio de diversas campanhas, a equipa de *fundraising* pretende não apenas garantir recursos financeiros, mas também sensibilizar a comunidade para as questões das pessoas migrantes.

Durante o ano de 2024, a equipa deu início a um trabalho embrionário na área de *Fundraising*, com o objetivo de diversificar as fontes de financiamento para alcançar maior equilíbrio e menor dependência de financiamento público.

Principais Atividades de 2024

ISCTE Junior Consulting – Uma parceria estratégica com o ISCTE *Junior Consulting* resultou numa análise detalhada dos processos internos do JRS. Esta auditoria, realizada entre abril e junho, culminou numa proposta de estratégia para captação de fundos, incluindo objetivos de curto, médio e longo prazo. Este trabalho mapeou fluxos e processos com o objetivo de aumentar o número de doadores e o valor total de doações.

Consultoria - Foi explorada, na sequência de um pedido concreto da Direção, a possibilidade de uma avaliação global ao funcionamento do JRS; foram contactadas várias consultoras, na tentativa de encontrar uma parceria pro-bono, não tendo sido conseguida nenhuma parceria.

Jantar de Fundraising - Com o apoio de dois mecenas, surgiu a iniciativa de organizar um jantar de *fundraising* destinado a um potencial grupo de doadores, com a ideia de angariar fundos e difundir a atividade e missão do JRS em Portugal. As diligências para a realização do evento foram feitas ao longo do ano para que este possa acontecer em março de 2025.

Botão de donativos - O desenvolvimento e lançamento do botão de donativos no site do JRS no final do ano permitiu que qualquer pessoa contribuísse de forma pontual ou regular. Em 2024, esta ferramenta resultou em **17 novos doadores** e arrecadou cerca de **1.000 euros**.

D. Ajuda – O reforço desta parceria resultou numa doação de **5.500 euros** que permitiu a renovação total de uma cozinha, incluindo a compra de novos eletrodomésticos, numa casa do JRS, na Alta de Lisboa, que acolhe famílias em situação de vulnerabilidade, e a compra de uma máquina de roupa industrial para o Centro de Acolhimento de Gaia.

Ao longo do ano, foram angariados cerca de **17.000 euros**, resultado de contribuições individuais de relevo, como as provenientes; de um concerto do músico Pedro Abrunhosa, do início de um protocolo com a Fundação Manuel Champalimaud, e da campanha de comunicação “JRS em números”, que evidenciou o impacto das atividades do JRS ao longo do ano. A publicitação do novo botão de donativos também desempenhou um papel significativo neste resultado.

O ano de 2024 foi marcado por um esforço coletivo para dinamizar o *fundraising* no JRS, lançando as bases para um trabalho mais estruturado e eficaz. Em 2025, esperamos expandir estas iniciativas e consolidar novas parcerias, de modo a garantir um impacto ainda maior no apoio às pessoas migrantes.

6. Área de Acolhimento

O ano de 2024 foi um ano de reinícios, marcado por duas fases particularmente distintas.

No primeiro semestre do ano, os esforços foram dedicados à identificação de necessidades e desenvolvimento de projetos e candidaturas a diversos programas de financiamento, de forma a reativar a área e as respostas de acolhimento dirigidas a pessoas requerentes ou beneficiárias de proteção internacional.

Este trabalho foi desenvolvido em estreito diálogo com outras áreas do JRS, de forma a assegurar que os projetos desenhados respondiam de forma direta e eficaz às necessidades da população em causa, da realidade humanitária vigente e da própria organização.

O segundo semestre de 2024 trouxe consigo a aprovação de um projeto fundamental para a área do Acolhimento e o trabalho do JRS com a população refugiada: o projeto "Acolhimento Norte Sul", cofinanciado pelo FAMI 2030 (FAMI-0039510), e que veio permitir ativar 2 Centros de Acolhimento em duas regiões diferentes do país, com o propósito de dar resposta às necessidades humanitárias vigentes, e proporcionar um espaço seguro e digno a pessoas e famílias com proteção internacional.

Neste sentido, foi finalmente reativado o Centro de Acolhimento sito em Vila Nova de Gaia (anteriormente financiado ao abrigo do projeto FAMI "ARCA – Acolhimento de Refugiados e Capacitação para a Autonomia"), e a ativação do Centro de Acolhimento sito em Vendas Novas, criado ao abrigo do anterior projeto CEIR – Criação de Equipamentos para a Integração de pessoas Refugiadas.

Na segunda parte do ano, o JRS pôs ambos os Centros a funcionar, com equipas e recursos adequados a prestação de serviços fundamentais para a autonomia, tais como apoio psicossocial, jurídico, saúde, educação, saúde mental, orientação cultural, capacitação, aprendizagem da língua, habitação e empregabilidade.

A Sul, em Vendas Novas, foram acolhidas 34 pessoas, ao abrigo de vários programas de acolhimento (admissão humanitária, recolocação, transferências de protocolo e retomas a cargo).

A Norte, em Vila Nova de Gaia, foram acolhidas 59 pessoas requerentes de

asilo, em parceria com a AIMA que manifestou essa necessidade e com quem o JRS estabeleceu um Protocolo de colaboração para estes efeitos.

Ao longo de todo o ano, a equipas das Comunidades de Hospitalidade acompanharam também 111 pessoas em habitação autónoma, em várias cidades do país.

O Cento Pedro Arrupe continuou o seu trabalho referênciando, tendo acompanhado 52 pessoas durante todo o ano, com apoio de proximidade, trabalho comunitário e foco na autonomia.

6.1. Centro de Acolhimento Norte (Vila Nova de Gaia)

O Centro de Acolhimento Norte, em Vila Nova de Gaia (daqui em diante designado como CAN) é uma resposta desenvolvida pelo JRS Portugal para atender à necessidade de acolher e integrar pessoas requerentes de asilo.

O CAN tem como principal objetivo oferecer apoio e preparar os residentes ao longo da primeira fase de vida em Portugal, uma vez que quando têm resposta da AIMA, face à sua situação jurídica, são encaminhados para a Segurança Social, que dá seguimento ao seu processo no nosso país.

O CAN tem capacidade para acolher 54 beneficiários em simultâneo, dependendo da configuração dos grupos e famílias, incluindo pessoas em situação de vulnerabilidade. A previsão média de estadia é de 60 dias.

O CAN, abriu em setembro 2024, altura em que foram realizadas limpezas gerais a todas as partes comuns e individuais do centro, foi criada toda a documentação necessária aos futuros acolhimentos, bem como traduzida em 4 línguas (inglês, francês, árabe e russo), criado regulamento interno, bem como panfletos de apresentação do centro aos utentes e possíveis voluntários. Foram feitas compras para a despensa, foram criados 54 kits individuais de limpeza e de higiene e foram confeccionados diversos pratos que foram devidamente congelados nas nossas arcas.

O primeiro acolhimento, surgiu no início de novembro de 2024. Nos meses de novembro e dezembro o CAN acolheu um total de 59 pessoas requerentes de asilo (7 agregados familiares), de 19 nacionalidades diferentes.

Importa referir que 81% dos residentes são do Sexo Masculino e os restantes 18% do Sexo Feminino.

A fase de Acolhimento é a primeira etapa do processo e ocorre assim que o utente chega ao centro de acolhimento. Durante esta fase, o objetivo

principal é proporcionar um ambiente seguro e acolhedor para que o utente ou a família possa começar a adaptar-se à nova realidade. Para que este objetivo fosse cumprido foram realizadas as seguintes atividades:

- Assegurar alojamento e condições básicas de conforto (alimentação, vestuário, higiene, despensa, lavandaria);
- Informação acerca do Regulamento Interno do Centro;
- Assegurar acesso aos serviços disponíveis;
- Preenchimento documentos e criação de dossier individual do utente;
- Apresentar as principais informações sobre a vida em Portugal, como o sistema legal, a cultura e os direitos e deveres dos cidadãos.

A fase do Acompanhamento, tem como objetivo proporcionar apoio psicossocial, com vista a potenciar a autonomia, de forma responsável e sustentável, com particular enfoque na satisfação das necessidades básicas, no acesso a serviços como a saúde e a educação, no diagnóstico de perfis e necessidades, apoio jurídico e promoção da interação social.

De forma a atingir este objetivo foram realizados 400 atendimentos sociais, os quais permitiram à Equipa Técnica, conhecer melhor as necessidades e expectativas de cada utente, identificar situações de risco e vulnerabilidade, promover a autonomia e a integração em serviços, através do acompanhamento dos utentes aos mesmos (ex, AIMA, Finanças, Segurança Social, Instituições Bancárias, entre outros). Sempre que necessário os utentes foram encaminhados para o Gabinete de Psicologia do JRS, com vista a puderem usufruir de consultas de psicologia e/ou psiquiatria.

Foram também desenvolvidas atividades lúdicas, em conjunto com alguns parceiros e com as nossas voluntárias e/ou estagiárias. Estas atividades são de extrema importância para uma integração sólida e plena dos nossos utentes, na medida em que promovem a integração social, quebram possíveis barreiras culturais existentes, facilitam o acesso a serviços essenciais, potenciam o desenvolvimento de competências profissionais e educativas. Neste sentido, os nossos utentes, entre outras coisas, foram ao circo de Natal do Coliseu, ao Teatro, à Vila de Natal da cidade, participaram na organização da festa de natal do centro, realizaram workshops de trabalhos manuais, iniciaram aulas de português.

Durante todo o processo de acompanhamento é trabalhada a saída dos utentes do Centro, uma vez que a sua estadia é temporária e por um curto período de tempo.

6.2. Centro de Acolhimento Sul (Vendas Novas)

O Centro de Acolhimento Sul | Vendas Novas (daqui em diante designado como CAS) é uma resposta desenvolvida pelo JRS Portugal para atender

à necessidade de acolher e integrar pessoas requerentes de asilo que chegam ao país através de movimentos programados pelo Estado Português. Tendo como principal objetivo oferecer apoio e preparar os residentes ao longo da primeira fase de vida em Portugal.

O CAS tem capacidade para acolher entre 75 a 120 beneficiários em simultâneo, dependendo da configuração dos grupos e famílias, incluindo pessoas em situação de vulnerabilidade. A previsão média de estadia é de 120 dias.

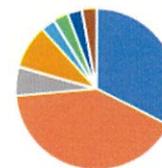


Gráfico 6 - Nacionalidades dos Residentes do CAS

O CAS realizou o seu primeiro acolhimento, no final do 3º trimestre de 2024. Entre setembro e dezembro, foram acolhidas **34 pessoas** requerentes de proteção internacional, de 8 nacionalidades diferentes, sendo a Somália e Afeganistão as nacionalidades mais representativas.

Até ao dia 31 de dezembro de 2024, o CAS acolhia 2 agregados familiares (ao abrigo de Programas de Admissão Humanitária), compostos por 7 e 3 indivíduos respetivamente, e 24 cidadãos isolados (ao abrigo de Programas de Recolocação e Reinstalação), somando o total de 34 residentes (3 pessoas requerentes de proteção internacional abandonaram o Programa de Acolhimento).

Do universo de 31 residentes, 87% dos residentes são do Sexo Masculino (27 indivíduos) e os restantes 13% do Sexo Feminino (4 indivíduos).

Importa, também, referir que a média de idades no Centro é de 28 anos, sendo que o residente mais velho tem 58 anos e o mais jovem 13 anos.

Eixos de intervenção em Centro:

Na primeira fase do programa de acolhimento a intervenção é realizada de acordo com três eixos: Acolhimento, Acompanhamento e Capacitação. Estes eixos são fundamentais para garantir a adaptação e a integração dos residentes na sociedade portuguesa. Cada eixo tem um objetivo específico e visa apoiar os residentes de forma gradual, assegurando uma transição bem-sucedida para a sua vida autónoma.

M
af.
B
F
A

O Acolhimento é a primeira etapa do processo de chegada ao Centro e ocorre assim que o residente chega ao Centro. Durante esta etapa, o objetivo principal é proporcionar um ambiente seguro e acolhedor para que o indivíduo ou a família possa começar a adaptar-se à nova realidade. Para que este objetivo fosse cumprido foram realizadas as seguintes atividades:

Assegurar alojamento e condições básicas de conforto (alimentação, vestuário, higiene);

- Apoio psicológico e emocional;
- Explicação do Programa de Acolhimento no geral, funcionamento do centro;
- Assegurar acesso aos serviços disponíveis;
- Apresentar as principais informações sobre a vida em Portugal, como o sistema legal, a cultura e os direitos e deveres dos residentes.

Paralelamente ocorre o segundo eixo de intervenção, Acompanhamento, que tem como objetivo proporcionar apoio psicossocial multidimensional integrado, com vista a potenciar autonomia, de forma responsável e sustentável, com particular enfoque na satisfação das necessidades básicas, no acesso a serviços como a saúde e a educação, no diagnóstico de perfis e necessidades, apoio jurídico e promoção da interação social, organizando atividades que incentivem os residentes a estabelecer laços com a comunidade local.

De forma a atingir este objetivo foram realizadas as seguintes atividades:

• **Atendimentos Sociais**

Foram realizados **96 atendimentos sociais**, os quais permitiram à Equipa Técnica, conhecer melhor as necessidades e expectativas de cada residente, identificar situações de risco e vulnerabilidade, promover autonomia e a integração em serviços. Os atendimentos realizados foram os seguintes: Assistência Jurídica; elaboração do Diagnóstico Social e definição de Projeto de Vida; atendimentos com vista à elaboração do *curriculum vitae* e por fim atendimentos realizados no sentido de responder a ofertas de emprego.

• **Diagnóstico Social**

Foi iniciada a elaboração de um diagnóstico social por utente ou família. O Diagnóstico Social permitiu à Equipa Técnica conhecer o percurso de cada pessoa requerente de proteção internacional, com enfoque no grau de vulnerabilidade, motivação, expectativas, competências pessoais e profissionais, com vista à identificação e resposta de necessidades.

• **Plano de Acolhimento e Ação Personalizada (PAAP)**

Foram desenvolvidos 26 PAAP, 1 por cada indivíduo adulto ou agregado

familiar, de forma a garantir o compromisso dos mesmos com o seu plano de vida e integração em Portugal.

• **Acompanhamentos a Serviços**

O acompanhamento a serviços, divide-se em Acompanhamento a Serviços de Saúde e Acompanhamento a Outros Serviços, por exemplo AIMA, Finanças, Segurança Social, Instituições Bancárias, entre outros. No total foram realizados **131 acompanhamentos**, dos quais **82 foram na área da saúde física**, e **49 no acompanhamento a serviços**, como AIMA, Finanças (para pedido de atribuição de NIF) e instituições bancárias.

• **Atividades desenvolvidas em conjunto com a Comunidade Local**

O desenvolvimento de atividades em conjunto com a Comunidade Local, bem como o seu envolvimento é de extrema importância para uma integração sólida e plena das pessoas requerentes de proteção internacional, na medida em que promovem a integração social, quebram possíveis barreiras culturais existentes, permitem um apoio local direto e personalizado, facilitam o acesso a serviços essenciais, potenciam o desenvolvimento de competências profissionais e educativas e, também, uma componente de sensibilização e advocacy, dado que desempenham um papel importante na sensibilização da sociedade sobre as questões que envolvem pessoas requerentes, promovendo a inclusão e integração social.



Imagem 5 e 6 – Atividades desenvolvidas com a Comunidade Local

Neste sentido, foram desenvolvidas **quatro atividades chaves com a comunidade local**:

- Sessão “Direitos e Deveres dos Cidadãos” desenvolvida pela GNR, Posto Territorial de Vendas Novas;
- Decoração do CAS para época Natalícia desenvolvida por voluntários da Comunidade de Vida Cristã (CVX) de Évora;
- Comemoração do Dia Internacional dos Migrantes desenvolvida por voluntários da Comunidade de Vida Cristã de Évora;
- Almoço de Natal do CAS, esta atividade foi organizada em conjunto

M
M.
B
F
/



com a CVX. Para esta comemoração foram ainda convidados outros voluntários do CAS e também a Junta de Freguesia de Vendas Novas, representada pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Vendas Novas, Dr.^a Paula Valentim.



Imagens 7, 8, 9 e 10 – Atividades desenvolvidas com a Comunidade Local

No que diz respeito à Capacitação, que tem como objetivo desenvolver e potenciar competências sociais e profissionais dos residentes, pretendeu-se trabalhar e desenvolver competências profissionais, aprendizagem da língua de acolhimento, competências sociais e culturais que promovam uma integração harmoniosa, com a compreensão de normas e tradições culturais, sociais e legais do país de acolhimento.

Assim sendo, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- **Sessões de formação**

Foram desenvolvidas **16 sessões** de formação, nomeadamente: 13 dinamizadas pela Equipa Técnica do CAS; 2 sessões desenvolvidas por outras Equipas do JRS (Gabinete de Emprego e Gabinete Jurídico); E como já foi referido anteriormente, 1 sessão foi desenvolvida pelo parceiro local GNR-Posto Territorial de Vendas Novas “Direitos e Deveres dos Cidadãos”.

- **Comemoração de Datas Festivas**

Comemorou-se no CAS o “**Dia de São Martinho**”, no âmbito do tema “Sociedade e Cultura”. O dia foi dividido em duas partes, inicialmente houve um enquadramento cultural do evento, e posteriormente houve um lanche partilhado, com pratos típicos da gastronomia portuguesa.

- **Português Língua de Acolhimento**

O Português Língua de Acolhimento assume um papel fundamental e transversal em todas as áreas da integração, pois, ao garantir uma comunicação eficaz, assegura que as pessoas requerentes de proteção internacional tenham pleno acesso aos seus direitos e deveres.

No total foram lecionadas **120 horas** de aulas de português língua de acolhimento.

Em resultado do acolhimento realizado no CAS, no qual se procurou responder às necessidades individuais e de grupo, através de um apoio per-

sonalizado, próximo e consistente a cada indivíduo, considerou-se que alguns dos residentes já reuniam as competências necessárias para transitar para habitação autónoma. Assim, sendo em dezembro de 2024, foram sinalizados 10 cidadãos isolados e 1 agregado familiar, composto por 7 indivíduos, para saída do CAS.

6.3. Centro Pedro Arrupe (CPA)

O Centro Pedro Arrupe, aberto desde 2005, é o primeiro centro de acolhimento exclusivo para migrantes sem-abrigo. Situa no bairro intercultural quinta da Torrinha, na Ameixoeira.

Dados Estatísticos:

Ao longo do ano foram acolhidos **52 residentes** no Centro Pedro Arrupe, das quais 7 foram crianças e 40 pertenciam ao sexo masculino e 12 ao sexo feminino. Foram efetuados ao todo 976 atendimentos aos residentes do Centro.

A média de permanência dos residentes no Centro foi de 11 meses, com uma rotatividade de 25 novas entradas e 21 saídas.

Os residentes eram **oriundos de 15 países diferentes**, sendo que os mais representados foram: STP 11; Nigéria 9; Guiné 8; Paquistão 7, de seguida Venezuela 3, Marrocos 3, Angola 2, Bangladesh 2, Índia 2, Benim 1, Brasil 1, Rússia 1, Ucrânia 1, Gâmbia 1.

Dos 21 residentes que saíram do centro todos completaram com sucesso o seu projeto de vida, como tinha sido delineado em conjunto com o seu gestor de caso. Dos 52 acolhidos residentes acolhidos no ano de 2024, 13 encontravam-se ao abrigo dos acordos de cooperação no domínio da saúde entre Portugal e os PALOP´s, e os restantes consideram-se migrantes económicos à procura de trabalho com vista à autonomia financeira.

Ao longo do ano, registou-se uma média de 27 utentes acolhidos por mês.

- **Atividades desenvolvidas com residentes:** Com Enfoque na Formação Informal e no Desenvolvimento de atividades Relacionais, de Bem-Estar e de Socialização, bem como de Capacitação profissionalizante com os residentes. Desenvolveram-se 18 atividades diferentes. Propusemo-nos realizar 180 sessões, embora tenhamos duplicamos o número de sessões realizadas (338). Com exceção do domingo desenvolveram-se atividades diariamente, tais como: ioga, *chikung*, hora do conto, *workshops*, visitas culturais, informática, inglês, limpezas, logística, copa, português, *mindfulness*, taças tibetanas, *stretching*, técnicas de procura ativa de emprego, apoio à empregabilidade, gestão financeira e por último as atividades da vida diária (AVD´s), visitas cul-

M
M
B
F
A



turais (teatro politeama, oceanário de Lisboa, castelo, praia e festival Rock in Rio).

- Relativamente à saúde, é de referir que a Unidade de Saúde Pública, efetuou ainda a vacinação à gripe e ao Covid-19 e um rastreio visual a todos os residentes, técnicos e voluntários.
- **Manutenção de parcerias estratégicas nas áreas:** alimentar, formação, empregabilidade, voluntariado (jovem e corporativo de empresas), Saúde (Vacinação em grupo), doações e financiamento (Participação na Rede NPISA onde se encontra sob orientação da Camara de Lisboa, Segurança Social e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa).
- **Apoio à manutenção** dos diferentes espaços existentes no JRS, mobilizando os residentes do CPA para o trabalho, organizando agendas em articulação com as diferentes coordenações, em serviços como: limpeza, pintura, arranjo de equipamentos e apetrechamento dos diversos espaços.
- **Apoio na organização de eventos institucionais** tais como: visita da Embaixada de São Tomé e Príncipe, aniversário do JRS, festa de Natal, despedida do capelão da instituição, conferência promovida pelo NPISA sobre modelos de alojamento de pessoas em situação de sem abrigo.
- **Phasing Out:** Apoio a 6 residentes que saíram do centro mobilando as suas casas.

Dados do Projeto Alba:

No espaço polivalente Alba, onde anteriormente eram as antigas garagens do centro, desde janeiro a dezembro, desenvolveu-se um projeto formativo com vista à empregabilidade de 60 formandos financiado pelo BPI-Fundação La Caixa e que fechou o ano com os seguintes resultados:

Nº atividades 18; nº formandos 69; nº de formadores 20 (15 voluntários e 5 contratados); nº de formandos integrados em Trabalho 57%; Nacionalidades;19;

Número total de sessões formativas ao longo do ano: **338 sessões.**

Projetos de Vida Concluídos: 67%

6.4. Habitação

O Gabinete de Habitação mantém como principal objetivo a promoção de soluções habitacionais adequadas para migrantes e beneficiários de proteção internacional em Portugal, procurando resolver tanto as necessidades imediatas e de emergência, bem como a implementação de estratégias estruturais a longo prazo. A colaboração contínua com entidades públicas e privadas tem sido essencial para criar respostas integradas,

especialmente diante das crescentes dificuldades habitacionais desta população vulnerável.

Em 2024, o mercado de arrendamento em Portugal continua a enfrentar desafios graves, com uma escalada nos preços das rendas, tanto de habitações como de quartos, o que agrava a exclusão social e a falta de acesso à habitação digna para migrantes e beneficiários de proteção internacional, especialmente os mais vulneráveis. O aumento das rendas é uma tendência persistente em diversas regiões do país, com destaque para as grandes cidades, onde a procura por habitação mantém-se intensa, sem que a oferta consiga acompanhar as necessidades.

Além da escalada dos preços, a escassez de opções acessíveis e a falta de condições favoráveis ao arrendamento privado são obstáculos substanciais. A exigência de fiadores, declarações de IRS, contratos de trabalho e valores elevados para cauções são requisitos difíceis de cumprir para muitas famílias migrantes, o que exclui grande parte dessa população das ofertas do mercado. Em muitos casos, a exigência de pagamento adiantado de várias rendas torna-se a única opção para os senhorios, o que se revela um esforço financeiro significativo para estas famílias em situação de vulnerabilidade.

O trabalho da equipa de habitação neste ano abrangeu 267 pessoas:

- 109 apoiadas em atendimentos (184 atendimentos), na sua maioria mulheres, de 22 nacionalidades, sendo as mais representativas: afegã, angolana, nigeriana, são-tomense, brasileira e colombiana);
- 158 pessoas apoiadas através de acompanhamento/mediação de contratos de arrendamento, das quais, 145 pertencem ao projeto Safe Rent (63 contratos), que falaremos de seguida, e as restantes 13 referentes a beneficiários de proteção internacional (3 contratos).

No decorrer do ano, os casos encaminhados por outras equipas à equipa do Gabinete de Habitação envolviam situações de extrema vulnerabilidade, com necessidades imediatas que exigiam uma resposta ágil e eficaz. Estes casos requerem uma atuação coordenada e integrada de diversos *stakeholders*.

No final do primeiro semestre do ano, deu-se por concluído o projeto One Proposal – Safe Rent, tendo, em 2024, sido apoiados 63 contratos de arrendamento, beneficiando 145 pessoas. O apoio financeiro permitiu pagar renda de 38 casas e 25 quartos individuais. Do total dos beneficiários de proteção temporária, 133 eram de nacionalidade ucraniana e 12 de outras nacionalidades, tais como: sírios, marroquinos e etíopes.

A principal responsabilidade do Gabinete de Habitação passa por gerir as habitações da responsabilidade do JRS (comodatados e casas da Gebalis), bem como, acompanhar todos os contratos realizados enquanto interme-

M
M.
B
J
A

diário das famílias/utentes acompanhados. Para isso, é necessário realizar uma procura ativa de soluções habitacionais, seja em plataformas online, seja através de agências imobiliárias. Segue-se então a mediação social e jurídica com senhorios e agentes imobiliários e, após acordo, a ativação dos serviços necessários. No caso de habitações que não possuam recheios, o Gabinete de Habitação estabelece e coordena parcerias com entidades de solidariedade social, como o caso da Associação Bens de Utilidade Social (BUS), principal parceira do JRS, de forma a obter doações de móveis para equipar as futuras casas dos nossos utentes. Após a mudança da família, também com o nosso auxílio, o trabalho de mediação permanece, bem como o apoio na manutenção dos imóveis.

Ainda no âmbito da gestão de habitação da responsabilidade do JRS, neste ano foi desenvolvida a remodelação de um desses apartamentos, nomeadamente a montagem de uma cozinha nova e a melhoria da casa de banho. Tudo isto foi possível através da doação financeira do parceiro Loja Social Dona Ajuda.

É ainda preocupação do Gabinete de Habitação a informação e capacitação das pessoas que acompanhamos. Por isso, foi mantida a produção dos panfletos sobre “Regras da Casa”, produzido no ano anterior, e que contém normas básicas de uso das habitações em Portugal e regras de boa convivência, acrescentando ainda a tradução do mesmo para duas novas línguas, espanhol e árabe.

Foram ainda realizadas sessões de formação, tanto para utentes do CLAIM Porto e CLAIM Santa Clara, como para as pessoas acolhidas no Centro de Acolhimento de Vendas Novas. Estas sessões, denominadas de “Vamos procurar uma casa”, tiveram como objetivo a apresentação do mercado habitacional em Portugal, bem como informações e dicas úteis sobre como procurar uma casa/quarto para arrendar, aspetos a ter em consideração e documentos necessários. Estas sessões contaram com a participação de 33 utentes, de 11 nacionalidades.

O Gabinete de Habitação procurou também desenvolver parcerias com entidades públicas. Para isso reuniu-se com 5 Municípios, com o intuito de não só apresentar o trabalho desenvolvido por este Gabinete, em especial o trabalho e desafios inerentes à habitação e acolhimento de pessoas beneficiárias de proteção internacional, como também de explorar futuras parcerias nesta área da integração.

Por fim, e como referido anteriormente, a figura do fiador é uma exigência frequente por parte dos senhorios, mas difícil para alguém que chegou recentemente ao país e que não dispõe de uma rede social a quem possa recorrer. Neste sentido, várias organizações juntaram-se para, em conjunto, tentar encontrar uma resposta. Foi assim que nasceu o FIA-TE, do qual o JRS faz parte. Ao grupo de trabalho juntaram-se a NOVA SBE, através

do Leadership for Impact Center, adicionando uma vertente académica à reflexão, a Vieira de Almeida Advogados (VdA), para um apoio jurídico e, finalmente, a Fidelidade que apresentou um produto, denominado de Seguro Casa Mais, que pode vir a responder à necessidade de substituição do fiador tradicional. Neste sentido, o Gabinete de Habitação promoveu uma sessão online de apresentação deste seguro, junto de várias organizações congêneres, bem como de outras entidades públicas e privadas, como a AIMA e o ACNUR. Este seguro entrou em vigor neste ano e, até ao momento, uma família encontra-se a beneficiar do mesmo.

6.5. Comunidades de Hospitalidade (CH)

A integração depende sobretudo do acesso às questões básicas como o acesso ao ensino, ao trabalho e à habitação. (Hein de Haas, “Como funciona realmente a migração”, p. 226).

É nas comunidades locais que acontece a integração, e onde as “Comunidades de Hospitalidade” têm um papel fundamental: na entrada das crianças na escola, na procura de trabalho, no continuar a aprender português, no acesso aos serviços, desde a mudança de morada até ao contrato de trabalho, passando pelos transportes. Quanto maior a vulnerabilidade da família, maior o apoio.

Durante o ano de 2024, **as Comunidades de Hospitalidade acompanharam 111 pessoas requerentes de asilo**, maioritariamente Afegãos (76), e Ucrainianos (10), mas também da Somália, da Gâmbia, Costa do Marfim, entre outros. Foram acolhidos em 15 cidades diferentes (Seixal, Cascais, Sintra, Lisboa, Loures, Santarém, Coimbra, Vila Nova de Gaia, Porto, Espinho, Braga, Viana do Castelo e Caminha). E são acompanhados por 48 voluntários.

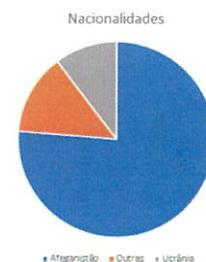


Gráfico 7 - Nacionalidades das pessoas acompanhadas pelas CH

Apesar da necessidade e da vontade, durante o ano de 2024, as respostas de acolhimento reduziram-se por força de uma quebra no financiamento do estado às organizações.

M
M
IB
f
A

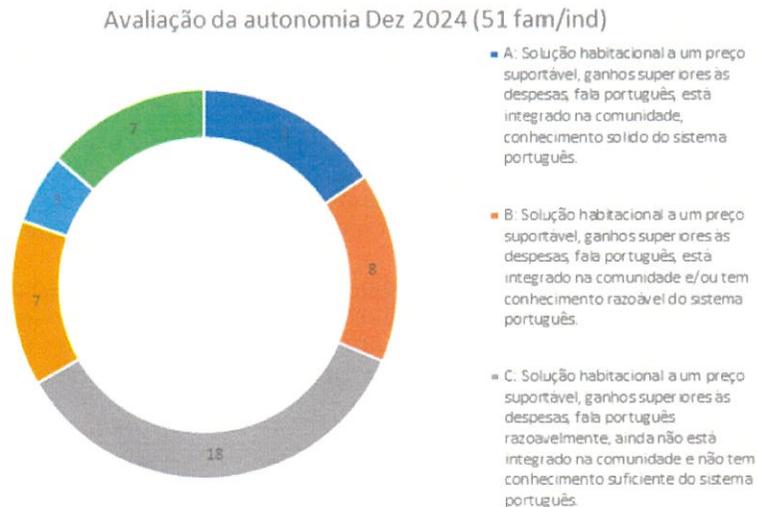
Os acompanhamentos, por nós realizados, foram reduzidos às famílias que estavam em programa e/ou às admissões humanitárias e pedidos de retomas a cargo. As admissões foram sendo realizadas com esforço e com espírito de justiça, procurando manter a promessa feita às famílias que tínhamos acolhido, que tudo faríamos para trazer os seus familiares. De forma realizar estes acolhimentos, e visto que não havia financiamento, tiveram as próprias famílias de receber os seus familiares, suportando os custos.

E assim fizemos, enquanto pudemos, pois ainda no 1º semestre do ano recebemos a informação que as admissões humanitárias tinham sido interrompidas, com muitos familiares ainda à espera de concretizar o sonho de se reunirem aos que já cá estão. Para além dos inúmeros pedidos de ajuda para sair do Afeganistão.

No gráfico abaixo mostramos o grau de autonomia de cerca de 51 famílias que as Comunidades de Hospitalidade acolheram durante os últimos 3 anos, e cerca de 67% estão autónomas financeiramente e 33% não estão autónomas, e destes, 14%, metade, estavam sem quaisquer rendimentos. Muitas das famílias tiveram um aumento na sua autonomia, com algumas a receberem familiares e a serem um grande apoio na sua integração.

A	Solução habitacional a um preço suportável, ganhos superiores às despesas, fala português, está integrado na comunidade, conhecimento sólido do sistema português.
B	Solução habitacional a um preço suportável, ganhos superiores às despesas, fala português, está integrado na comunidade e/ou tem conhecimento razoável do sistema português.
C	Solução habitacional a um preço suportável, ganhos superiores às despesas, fala português razoavelmente, ainda não está integrado na comunidade e não tem conhecimento suficiente do sistema português.
D	Solução habitacional a um preço suportável, ganhos não cobrem todas as despesas.
E	Não tem solução habitacional a um preço suportável, têm ganhos.
F	Não tem solução habitacional a um preço suportável e não têm ganhos.

Gráfico 8 - Avaliação da autonomia de cerca de 51 famílias que as CH acolheram durante os últimos 3 anos



M
M.
B
F
A

7. Área de Acompanhamento

A área de acompanhamento integra vários serviços procurando apoiar os utentes na prossecução dos seus projetos de vida através das várias etapas que se consideram essenciais no processo de integração, atuando sob a missão de “Acompanhar, Servir e Defender”.

Fazem parte da área: o Gabinete de Saúde Mental, o Gabinete de Tradução, o Gabinete Social (Atendimento social Lisboa, CLAIM Santa Clara, Apoio Médico e Medicamentoso, CLAIM Porto, Mediadores Municipais e Interculturais e a UHSA), o Gabinete de Emprego, a Academia e o Gabinete Jurídico.

Durante o ano de 2024 beneficiaram dos nossos serviços 3.696 pessoas, tendo sido feitos 15.417 atendimentos. As cinco nacionalidades mais representativas foram: São Tomé e Príncipe (1.022); Guiné-Bissau (444); Angola (320); Brasil (308); Colômbia (203).

Nas instalações da sede, contamos com uma pessoa que trabalha na recepção e, como forma de melhorar o nosso atendimento, a meio do último ano, foi criado um serviço onde contamos com a ajuda de 3 voluntárias. São três os objetivos: atendimento telefónico; conversas com os utentes que aguardam atendimento; e ajuda às mães que trazem bebés.

7.1. Saúde Mental

Apesar da redução substancial de recursos humanos, o JRS tem-se dedicado a fomentar a implementação de soluções sustentáveis e específicas destinadas a pessoas migrantes, a pessoas requerentes ou beneficiárias de proteção internacional e a pessoas beneficiárias de proteção temporária, em condições de especial vulnerabilidade.

Em 2024, o Gabinete de Saúde Mental deu continuidade ao trabalho desenvolvido nos anos anteriores, proporcionando o acompanhamento individualizado e qualificado, indispensável para o bem-estar e para a integração das pessoas que atendemos diariamente. A aposta na formação contínua dos profissionais que integram este Gabinete continua a ser priorizada.

Continuamos a fortalecer e a consolidar as respostas dadas nas várias valências do Gabinete: a) acompanhamento psicológico individual; b) triagem psicológica; c) manutenção da resposta dada através da Bolsa de Psicólogos (profissionais qualificados e formados para o trabalho específico no JRS - resposta a nível nacional); d) dinamização de sessões de grupo; e) articulação e encaminhamento de utentes para a Bolsa de Psiquiatras (profissionais voluntários que colaboram com o JRS - resposta a nível nacional); f) colaboração com as demais equipas do JRS; g) diálogo com instituições externas.

Realçamos ainda o trabalho desenvolvido junto dos dois novos centros de acolhimento de pessoas requerentes de asilo: Vendas Novas e Vila Nova de Gaia.

A Equipa técnica do GSM no ano 2024 acompanhou a **89 utentes**, efetuou um total de **987 acompanhamentos de saúde mental**, sendo estes **utentes de 23 Nacionalidades diferentes**.

7.2. Interpretação & Tradução

Nos últimos anos, este gabinete tem tido um crescimento significativo no JRS, sendo composto pela resposta de Interpretação e de Mediação Cultural que dá um apoio direto às equipas do JRS, e pela Bolsa de Intérpretes que apoia igualmente outras entidades externas.

A seleção e formação dos intérpretes que colaboram com o JRS é alvo de um cuidadoso processo de análise das qualificações linguísticas, procurando garantir ao mesmo tempo um respeito na aplicação das técnicas e das regras de interpretação.

Em 2024, a Bolsa de Intérpretes contou com **120 intérpretes**, estando 114 ativos, que falam **35 idiomas**, entre os quais: ucraniano, russo, lituano, hebraico, polonês, tâmazight, farsi, dari, pashtu, árabe, curdo (sorani e kurmanji), somali, berbere, amárico, tigrínia, tigré, saho, turco, bambara, crioulo guiné, tétum, urdu, hindi, bengali, mandarim, Sawahili, entre outros.

Durante o ano de 2024, **o Gabinete de interpretação e de mediação cultural realizou as seguintes atividades:**

- Ofereceu um serviço diário de acompanhamento das várias equipas do JRS.
- Realizou 12 sessões de formação para famílias afegãs sobre diferentes serviços governamentais como a Segurança Social, Finanças, Sistema de Saúde, Sistema de Transportes Públicos e também Introdução à cultura portuguesa.
- Promoveu 2 sessões de sensibilização: uma com a equipa de *advocacy*, a primeira no evento OAK com PSP e a outra para a equipa da PSP responsável pelo EECIT Lisboa (o Centro de detenção no aeroporto

de Lisboa). Também participou numa sessão de sensibilização “Multiculturalidade e diversidade étnica” de DEI *Journey*, uma empresa dedicada à promoção da Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI) em Portugal, para pessoas colaboradoras do Grupo Crédito Agrícola, onde participaram mais de mil técnicos. E participou ainda noutra sessão com a empresa (DEI) para a PWC que é uma empresa que presta serviços profissionais de auditoria, fiscalidade e assessoria de gestão orientados para a indústria. Além disso o gabinete de interpretação participou numa conversa no evento de lançamento do Livro “Mulheres Refugiadas em Portugal” na feira dos livros.

- Promoveu 4 sessões de sensibilização: uma na escola internacional e outra numa escola pública, e outras 2 sessões nas universidades (Universidade Católica do Porto e Universidade do Minho). Nessas sessões foram abordados temas relativos às dificuldades enfrentadas pelas pessoas requerentes durante o processo de integração, como: saúde, burocracia, educação, mercado de trabalho e moradia, entre outras áreas.
- Foram encaminhados 14 utentes através do gabinete de interpretação para várias equipas do JRS como social Santa Clara, CLAIM Porto, academia, emprego, saúde mental, habitação, CPA e jurídico. E foi encaminhada uma voluntária para os recursos humanos.
- Colaborou com o gabinete de comunicação na organização do novo programa do JRS Europa, *Together for Change*.

Durante o ano de 2024, a **Bolsa de Intérpretes realizou as seguintes atividades:**

- Entrevistas para ampliar a equipa da Bolsa de Intérpretes, resultando na adição de 10 novos intérpretes. Isso aumentou o leque de línguas disponíveis e permitiu atender a um número maior de necessidades.
- Quatro sessões de formação para 5 novos intérpretes que se juntaram à equipa;
- Disponibilizou intérpretes externos para apoiar as diferentes equipas do JRS no serviço de interpretação e de tradução escrita. Ao todo, foram realizados 177 serviços de interpretação e de tradução escrita ao longo do ano, com a participação de 10 intérpretes;
- Existiu uma colaboração com 7 entidades (Câmara Municipal do Porto, JRS EU, Concelho Português para os Refugiados CPR, AIMA, UHSA, Provedoria de Justiça, Polícia do aeroporto de Lisboa), que solicitaram apoio de interpretação e de tradução escrita. Por meio desse serviço, foi possível atender às necessidades identificadas pelas outras organizações parceiras. E foram realizados 61 serviços de interpretação e de tradução escrita, com a participação de 25 intérpretes;
- Mantivemos contato com os intérpretes para atualizá-los sobre as novidades e fornecer suporte, explicando questões relacionadas à faturação e de como ativar as suas atividades nas finanças;
- Submetemos os documentos necessários ao departamento financeiro e acompanhamos de perto o processo de pagamento, garantindo

o cumprimento de todos os requisitos;

- Foi realizada uma supervisão regular com os intérpretes da Bolsa envolvidos na tradução, especialmente aqueles que trabalharam com o acompanhamento em saúde mental. Considerando que o trabalho de interpretação e tradução em contexto de saúde mental é particularmente exigente, tanto tecnicamente quanto emocionalmente e psicologicamente para os próprios intérpretes - muitos deles também eram ou são pessoas requerentes – e a quem é fundamental oferecer suporte e capacitação especializada.

7.3. Social

Esta área engloba as várias respostas a nível social que o JRS Portugal disponibiliza as pessoas migrantes e beneficiárias de proteção temporária no Acompanhamento, tanto em Lisboa como no Porto. Pelas especificidades dos diferentes apoios a área Social encontra-se dividida em dois blocos: Atendimento Social e Apoio médico e medicamentoso; e CLAIM Santa Clara, CLAIM Porto, Mediadores Municipais e Interculturais da Câmara Municipal do Porto e UHSA – Unidade Habitacional de Santo António (Porto).

Assim, em 2024, a área Social realizou na totalidade **9044 atendimentos a 2845 utentes**, maioritariamente do género **feminino** (63,3%), dos **PALOP's** (57,3%) - São Tomé e Príncipe (26,8%), Guiné-Bissau (11,7%), Brasil (9,5%) e Angola (9,2%), sendo a média de idades **37 anos**.

7.3.1. Atendimento Social

O Atendimento Social (AS) é uma resposta social dirigida a pessoas migrantes, requerentes ou beneficiárias de proteção internacional e/ou proteção temporária. O AS não é dirigido a cidadãos nacionais, contudo, alguns utentes que beneficiaram deste serviço já obtiveram nacionalidade portuguesa no seu processo de integração. Por isso, na caracterização da população beneficiária surgirá a nacionalidade portuguesa.

Esta resposta pretende ser um serviço de proximidade e personalizado, com o objetivo de apoiar pessoas e famílias que se encontram em risco ou em situação de vulnerabilidade social. A intervenção visa prevenir, apoiar na resolução de problemas e atuar em situações de emergência social. Mais à frente são apresentados os apoios sociais prestados pelo AS, mas independentemente da área de intervenção, os pilares da atuação técnica passam por informar, orientar, encaminhar, mobilizar recursos adequados e definir em conjunto um plano de intervenção que contribua para a autonomia e gestão do projeto de vida dos indivíduos que nos procuram.

Em 2024 o AS realizou **2386 atendimentos sociais a 1121 pessoas**. A po-

My
Mf.
B
F
J

pulação utente é maioritariamente **feminina (72%)**, a média de idades de ambos os sexos é de **41 anos**. Relativamente às nacionalidades, o AS atendeu pessoas oriundas de **45 países**, conforme o mapa abaixo:



Imagem 11 – Nacionalidades dos utentes do Atendimento Social

Sendo que as 10 nacionalidades com maior representação incluem **grande parte dos países CPLP** (com exceção de Moçambique, Timor-Leste e Guiné Equatorial).



Gráfico 9 – Nacionalidades dos utentes do Atendimento Social

É interessante notar os diferentes movimentos migratórios que chegam ao JRS, nomeadamente dentro dos PALOPS, onde as mulheres predominam, sobretudo as de nacionalidade santomense; contudo as guineenses são um número muito menor que os homens, contrariando a tendência geral. Por outro lado, a população brasileira, embora esteja em 9º lugar, não é muito representativa, tendo em conta que a nível nacional é a maior comunidade imigrante, segundo os dados da AIMA. Por fim, é de assinalar a presença da **Nigéria** entre os 5 primeiros países, algo inédito até este ano.

A maioria dos cidadãos que recorrem ao AS são pessoas **imigrantes (92%)**, sendo as outras categorias, pessoas beneficiárias de proteção temporária (4%), pessoas requerentes ou beneficiárias de proteção internacional (2%) e pessoas que já adquiriam nacionalidade portuguesa (3%).

98% das pessoas que recorrem ao AS residem na **Área Metropolitana de Lisboa**, sendo que dentro deste valor 89% correspondem à Grande Lisboa (nomeadamente, por ordem decrescente, Lisboa, Loures, Odivelas, Sintra e Amadora são os municípios mais representativos).

A nível da escolaridade, a maioria das pessoas têm o **ensino secundário (30%)**, seguido do superior (20%) e 3º ciclo (19%). Apenas 3% da população que recorre ao AS não tem escolaridade.

Relativamente à situação profissional, cerca de 24% das pessoas que recorrem ao AS estão empregadas (seja trabalho declarado, precário ou retomo). **72% estão desempregadas** e o valor remanescente corresponde a estudantes e reformados.

O facto de se encontrarem numa situação em que não têm rendimento, e maioritariamente sem usufruírem de prestações sociais, leva a que sintam um fardo para a família ou amigos que os acolhem.

Relativamente à composição familiar, apenas **23% são famílias unipessoais**, sendo que **54% são constituídas por 2 a 4 membros e 23% por 5 ou mais**. O facto de existirem agregados familiares com vários membros, não se traduz necessariamente num maior suporte. Muitos utentes vêm sozinhos ou com filhos (famílias monoparentais) para Portugal e são acolhidos por familiares já residentes. Se cruzarmos estes dados com a condição profissional, percebemos que a grande maioria não contribuiu para os rendimentos do agregado, o que conduz a um desequilíbrio no orçamento familiar. Esta situação leva a conflitos familiares, provocando sentimentos de frustração, angústia, frustração e desespero, pois muitas vezes são despejados.

Apoios Sociais

Os apoios sociais prestados pela equipa do AS podem agrupar-se em diferentes categorias, conforme consta no gráfico abaixo, onde se apresenta a relação entre os pedidos e respostas dadas pelo Gabinete Social.

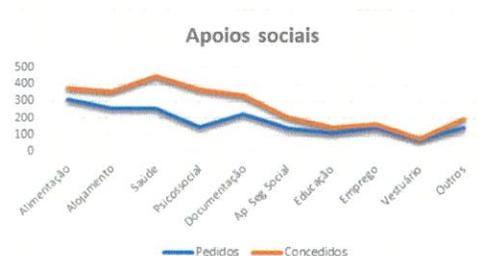


Gráfico 10 – Apoios sociais prestados pela equipa do AS

Como se pode observar, o AS conseguiu dar resposta a todos os pedi-

M
M.
B
F
A



M
M
B
F
A

dos solicitados, embora isso não signifique que tenha resolvido todas as questões apresentadas. Um pedido/problema apresentado pode implicar várias respostas. Por outro lado, pode não existir solicitação por parte da pessoa migrante, mas o técnico identifica essa necessidade e se houver mútuo acordo, a resposta é concedida. Por vezes, o técnico aconselha determinado tipo de intervenção, como apoio psicológico ou aprendizagem de português, e a pessoa recusa receber esse apoio.

Observando apenas os apoios concedidos, podemos comparar algumas diferenças e simultaneamente constâncias desde 2021, conforme o quadro abaixo:

Apoios Concedidos	2024	2023	2022	2021
1º	Saúde	Alojamento	Saúde	Saúde
2º	Alimentação	Alimentação	Alojamento	Alimentação
3º	Psicossocial	Psicossocial	Alimentação	Documentação
4º	Alojamento	Saúde	Ap. Seg Social	Alojamento
5º	Documentação	Documentação	Psicossocial	Psicossocial
6º	Ap. Seg Social	Emprego	Educação	Emprego
7º	Emprego	Ap. Seg Social	Emprego	Ap. Seg. Social
8º	Educação	Formação	Informação	Educação
9º	Vestuário	Educação	Vestuário	Informação
10º	Outros	Vestuário	Documentação	Vestuário

Tabela 2 – Apoios concedidos pelo Atendimento Social entre 2021 e 2024

Como é possível verificar a saúde, a alimentação, o alojamento e o apoio psicossocial estão sempre entre os apoios mais concedidos. A documentação, só em 2022, é que teve menos expressão. Em qualquer tipo de apoio, a prestação de informação e orientação assume uma grande parte da intervenção. Muitas pessoas migrantes não têm conhecimento como funciona o sistema nacional de saúde, como obter apoio alimentar, quais as alternativas para quem se encontra em risco habitacional ou como obter o niss, para dar alguns exemplos.

Na área da **saúde**, mais de metade dos apoios referem-se à prestação de informação (59%) sobre questões de saúde gerais e o sistema nacional de saúde, onde se abordam questões simples como a linha de saúde 24, para que servem os centros de saúde, como aceder ao tratamento médico ou como obter uma consulta de especialidade. A questão específica da inscrição no centro de saúde corresponde a 24% dos apoios. Exemplos de outras ações nesta área são articulações com hospitais e centros de saúde, encaminhamento para dentista e apoio medicamentoso.

Relativamente à **alimentação**, para além da prestação de informação (35%), o JRS apoiou diretamente com produtos alimentares ou vouchers, através de doações e financiamentos específicos, o que se traduz em 10%

dos apoios (em 2023 foi apenas 5%). Outras pessoas foram encaminhadas para os serviços de ação social local (31%), diretamente para IPSS que prestam este apoio (6%) e para o Refeitório Rosália Rendu (18%).

O **Refeitório Rosália Rendu (RRR) das Filhas da Caridade de S. Vicente Paulo** é uma das parcerias mais antigas do Gabinete Social, especialmente dirigida às pessoas em situação de grande vulnerabilidade, com carência alimentar. Durante o ano de 2024 foram encaminhados para o RRR 62 utentes e as nacionalidades mais representativas continuam a ser São Tomé e Príncipe (16) e Guiné-Bissau (12). Comparativamente ao ano de 2023 é de salientar que a Nigéria surge pela primeira vez e que foi a segunda nacionalidade mais representada, com um total de 15 encaminhamentos.

O apoio alimentar do RRR teve um grande aumento relativamente ao ano anterior, tendo em conta que em 2023 representava 8% e em 2024 18%.

Ao nível do **alojamento**, mais uma vez, a prestação de informação assume o maior apoio prestado (40%). O encaminhamento para respostas internas, nomeadamente o Centro de Acolhimento Pedro Arrupe (15%) e o Gabinete de Habitação (9%) representam 24%. Em situação de maior risco habitacional, 15% dos apoios foram relativos os serviços de emergência social (informação, orientação e encaminhamento para a linha 144 e serviços de emergência locais). A parceria com o **BUS – Bens de utilidade Social**, tem permitido ajudar diversas famílias com mobiliário, melhorando assim as suas condições de habitabilidade.

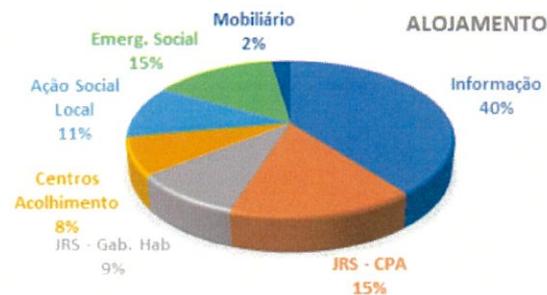


Gráfico 11 – Apoio prestados pela equipa do AS a nível do Alojamento

Quanto à **documentação**, mais de metade dos apoios refere-se ao NISS (60%), devido a alterações no procedimento do pedido deste número de identificação. O NIF (18%) e o Atestado de Residência (11%), são outros documentos essenciais para as pessoas migrantes e por isso o AS teve um papel fundamental em prestar informação de como obter e mediar com os serviços. Os outros documentos referem-se ao passaporte, relatório médico, relatório multiusos, carta de condução, etc.



Por fim, o **apoio psicossocial**, o qual é essencial na intervenção social. Este apoio é destinado a todos os indivíduos que se encontrem em Gestão de Caso ou em outras situações em que a pessoa que precisa de um apoio mais direcionado na delineação do seu projeto de vida ou orientação na resolução dos seus problemas. A promoção deste apoio surge com o intuito de criar uma relação de proximidade com a pessoa e orientá-la o máximo possível na sua integração. No âmbito do atendimento psicossocial também é realizada uma atualização do diagnóstico social sempre que se considere pertinente (em 2024 foram atualizados 204 diagnósticos sociais).

Intervenção Social

Os apoios sociais mencionados anteriormente fazem parte da intervenção social realizada pela equipa do gabinete do AS. Contudo antes da atribuição de apoios é necessário fazer um diagnóstico social da situação da pessoa. O diagnóstico social é realizado quando chegam novos utentes ao centro de atendimento do JRS. Posteriormente, durante o acompanhamento social, este diagnóstico vai sendo atualizado.

Diagnóstico Social Inicial

Em sede de atendimento social de 1ª vez, é feita uma entrevista na qual é avaliado o grau de integração da pessoa migrante tendo em conta várias dimensões: situação legal, profissional, habitacional, alimentar e financeira, a aprendizagem da língua portuguesa, rede de suporte, e situação de saúde física e mental.

No ano de 2024, o Gabinete Social realizou **988 diagnósticos iniciais** a novos utentes do JRS, tendo sido a maioria orientados para vir ao JRS por outras pessoas migrantes (75%).

Os principais motivos que levaram as pessoas migrantes a procurar o JRS foram e a procura de emprego, que se mantem ao longo dos anos como o pedido mais frequente (56%), o apoio legal (21%) e a o apoio social (15%).

Os migrantes que recorreram ao JRS pela 1ª vez eram, maioritariamente, do **género feminino (cerca de 663 pessoas, 67%) e encontravam-se em idade ativa, sendo a média de idades 38 anos.**

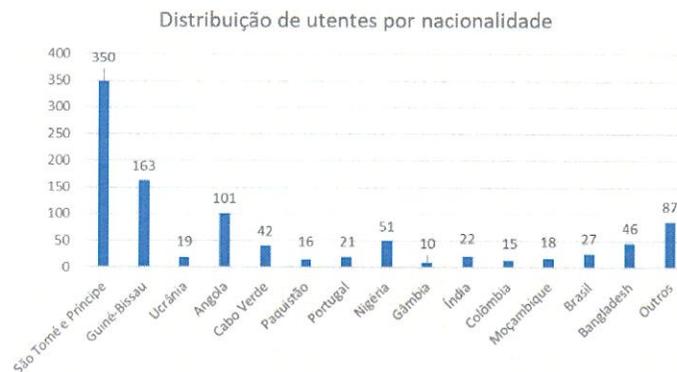


Gráfico 12 – Distribuição de utentes por nacionalidade

Em relação a nacionalidades é de destacar uma maior representação de migrantes oriundos de **São Tomé e Príncipe (35%), Guiné-Bissau (16%), Angola (10%), Nigéria (5%), Bangladesh (5%) e Cabo Verde (4%).**

Do 988 utentes, 78% encontravam-se em **situação de desemprego** no momento do diagnóstico e a maioria apresentaram qualificações ao nível do **ensino secundário (34%) e do ensino básico (30%).**

No que diz respeito à situação documental no momento do diagnóstico inicial, houve uma evidente alteração comparativamente com o ano 2023, sendo esta a subida do número de pessoas migrantes em situação regular, que subiu de 33% para **52%**. Apenas 22% das pessoas atendidas se encontravam em situação irregular e 23% já se encontravam em processo de regularização.

Por outro lado, apenas 3 pessoas estavam indocumentadas (0,3 %) e 23 pessoas já tinham nacionalidade portuguesa adquirida (2%).

Relativamente ao motivo da vinda para Portugal, cerca de metade das pessoas migrantes que foram atendidas no diagnóstico afirmaram ter vindo com o objetivo de melhorar a sua situação económica (53%) e o segundo motivo mais apresentado foi o estudo com cerca de 12%.

Em 2024 notou-se uma descida do número de pessoas que vieram por motivos de saúde, tanto de junta médica e/ou acordo de saúde que sofreu uma descida de 3% como por outros motivos de saúde que teve uma descida de cerca de 4%.

Relativamente à aprendizagem da Língua Portuguesa, a maioria das pessoas falavam a língua portuguesa razoavelmente (79%) e apenas 2% eram analfabetos. Por outro lado, 209 pessoas migrantes não falavam a língua

portuguesa (21%).

Quanto à situação financeira a maioria dos utentes encontravam-se numa situação de rendimentos insuficientes (73%) e apenas 2,70% não usufruía de qualquer tipo de rendimento (inclusive de apoio de familiares ou conhecidos). Apenas 135 pessoas apresentaram uma situação financeira estável (14%) e as restantes 210 pessoa migrantes estavam numa situação instável, devido muitas das vezes às situações de trabalho precárias em que se encontram (21%).

Relativamente à situação alimentar, 29% dos utentes apresentaram ser autónomos a este nível, porém a maioria dos utentes atendidos pela primeira vez encontravam-se numa situação bastante frágil, em que 57% estavam dependentes de terceiros (familiares ou conhecidos) e 8% dependiam de apoios institucionais. As restantes 5% das pessoas que procuraram o JRS, encontravam-se em situação de carência alimentar grave e sem apoio neste nível.

Em relação às condições habitacionais, em 2024 52% das pessoas atendidas no diagnóstico estavam nesta situação habitacional inadequada (espaço pequeno para o nº de pessoas que nele habitam ou sem condições adequadas), 8% em situação habitacional insegura (em risco de situação de rua), cerca de 2 % em situação sem casa (sem abrigo, mas vive em alojamento temporário, por um período limitado) e os restantes 2% em situação de sem-abrigo no espaço público/rua.

Quanto à rede de suporte em Portugal, a maioria das pessoas que foram atendidas pela 1ª vez, tinham uma rede de suporte estável (44%) ou rede de suporte de média duração (40%). Apenas 8% dos utentes tinham apoio da sua rede em caso de urgência (respostas de emergência ou apoio de familiares ou amigos durante apenas unas dias), cerca de 6% tinha uma rede de suporte frágil (têm familiares e amigos, mas existem conflitos e não há apoio) e apenas 0,6% não tinham qualquer rede de suporte em Portugal.

Relativamente à situação de saúde das pessoas atendidas, em diagnóstico inicial em 2024, a maioria encontrava-se sem qualquer problema de saúde físico (74%) ou com problemas de saúde com pouca relevância para a sua capacidade de trabalho (22%). No que diz respeito à saúde mental, 97% dos utentes não apresentou qualquer perturbação e 2% apesar de apresentarem algum diagnóstico já se encontravam a receber tratamento a este nível.

Dos 988 utentes que recorreram ao JRS pela primeira vez, cerca de **41%** encontravam-se em situação de vulnerabilidade, no que diz respeito à sua integração na nossa sociedade. A maioria destas pessoas migrantes apresentaram ter rendimentos insuficientes, dependência de terceiros no que

toca à satisfação das necessidades mais básicas e encontravam-se a viver em situação habitacionais inadequadas ou inseguras.

Por outro lado, **56%** dos utentes foram caracterizados neste momento inicial como já **integrados** em Portugal e apenas 3% estavam em situação de extrema vulnerabilidade.

Após a análise dos dados dos utentes que realizaram diagnóstico inicial no JRS ao longo do ano de 2024, foi possível concluir que na maioria dos aspetos mantêm-se os valores e tendências.

Modelos de Intervenção

Após o diagnóstico inicial é marcado atendimento social para dar continuidade à intervenção. Esta é baseada em modelos de intervenção utilizados em serviço social, nomeadamente a gestão de caso, modelo centrado na tarefa ou resolução de problemas e modelo de intervenção em crise.

Gestão de Caso

O modelo de gestão de caso é um dos modelos de intervenção utilizados, mas neste caso para utentes e respetivos agregados familiares em situação social mais vulnerável e complexa, que necessitam de um acompanhamento mais próximo e prolongado.

Durante o ano de 2024 foram acompanhados **34 utentes** e respetivos agregados familiares através deste modelo, 29 pertenciam ao sexo feminino e 5 ao sexo masculino. As problemáticas mais comuns a trabalhar com as pessoas migrantes através deste modelo estão relacionadas com acesso a apoios sociais, empregabilidade, questões de saúde e acesso a cuidados médicos e regularização.

Ainda durante o decorrer do ano de 2024 foram fechados 20 Planos de Intervenção Individual, dos quais 8 foram fechados com **sucesso (40%)**, 10 casos foram avaliados com **sucesso parcial (50%)** e apenas 2 casos foram fechados com **insucesso (10%)** em que os utentes não demonstraram aderência ao PII definido inicialmente e não foi possível manter o contacto com os mesmos. Assim, conclui-se que 14 casos continuam o acompanhamento no ano 2025.

Os modelos centrado na tarefa e resolução de problemas aplicam-se às pessoas que não se encontram numa situação muito vulnerável e com competências para resolução das situações problemáticas, necessitando de uma breve intervenção. O **modelo de intervenção em crise** também é de curta duração e centrado numa situação-crise específica, podendo aplicar-se inicialmente a qualquer situação extrema e depois da crise "estabilizada", desenvolver-se outros modelos de intervenção.

Em 2024 foi também desenvolvida uma **intervenção em grupo**, atividade

M
M.
B
S

já realizada em anos anteriores, mas em 2024 de forma mais consistente com apoio de estagiárias de serviço social. Foi criado um grupo aberto de auto-ajuda, denominado “Integração sem fronteiras” que se reuniu semanalmente na sede do JRS. Esta atividade destina-se a pessoas que estão em Portugal há pouco tempo, que não têm uma boa rede de suporte e/ou desconheçam o funcionamento da sociedade portuguesa.

Foram discutidos vários temas, nomeadamente: acesso à saúde, educação, trabalho, apoios sociais, regularização, como utilizar o email, entre outros. Houve uma sessão que contou com a participação de uma entidade externa para falar sobre os direitos das mulheres promovida pela APAV. No total foram realizadas 32 sessões as quais incluíram duas visitas culturais: jardim zoológico e circo de Natal.



Imagens 12 e 13 – Visita ao Jardim Zoológico de Lisboa;
Visita ao Circo de Natal - Coliseu dos Recreios

Esta intervenção em grupo permite desenvolver um sentimento de pertença e contribuir para o aumento da rede de suporte. Simultaneamente promove as soft skills como a capacidade de comunicação, interação social e cooperação. Em grupo existe uma partilha de múltiplas perspetivas, que proporcionam soluções criativas e alternativas ao grupo, que isoladamente seria difícil alcançar.

Outras Atividades

Em 2024, o AS desenvolveu ainda outras atividades:

- Reuniões mensais para sinalização e gestão de casos com a UDIP Lumiar da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;
- Uma reunião de intervenção e partilha de casos sociais, com o CLAIM Porto, UHSA e Mediadora intercultural do JRS no Porto;
- Atualização do manual de conceitos e procedimentos a ter no trabalho diário do Gabinete, relativamente ao atendimento, acompanhamento e registos na base de dados;
- Apresentação do projeto de estágio “Integração sem Fronteiras”, realizado pela estagiária de Serviço Social do Gabinete Social.

7.3.2. Apoio médico e medicamentoso

A Área do Apoio médico e medicamentoso assegura aos migrantes que se deslocam ao JRS **apoio a nível do bem-estar físico**, através da disponibilização de **medicina dentária**, bem como apoio na aquisição de medicamentos e **realização de análises/exames** essenciais para estabelecer um diagnóstico e tratamento correto. Em 2024, não foi possível prestar consultas de clínica geral e familiar pela ausência de voluntários especializados nesta área. Este apoio é essencial para a população que recorre ao JRS por se encontrarem numa situação de vulnerabilidade social e legal que compromete o seu acesso ao Serviço Nacional de Saúde (SNS), no qual é solicitado o pagamento da totalidade das consultas, meios de diagnóstico e medicação.

Em 2024, foi prestado apoio a 201 migrantes, na sua maioria do género **feminino (74%)**, oriundos principalmente de **São Tomé e Príncipe (29,9%)**, **Guiné-Bissau (26,4%)** e **Angola (10,4%)**, com uma média de idades de **47 anos**.

Foi possível prestar apoio médico e medicamentoso pela disponibilidade horária de 1 voluntária (auxiliar de farmácia e técnica de análises clínicas). Através do compromisso que a voluntária apresentou, foram realizados 418 atendimentos.

O apoio medicamentoso engloba o apoio a nível de medicamentos, o encaminhamento para consultas de medicina dentária e para análises/exames. No âmbito desta resposta foram solicitados 1642 artigos farmacêuticos, tendo sido possível **responder a 84,1% desses pedidos**. Foram ainda apoiados 32 migrantes a nível de análises/exames e, por último, foram realizados, 16 encaminhamentos para dentista.

No ano de 2024, decorreu também o projeto *Hardship Fund 2024*. Este projeto permitiu dar continuidade ao apoio a nível das consultas de medicina dentária, assim como acompanhar e apoiar financeiramente utentes identificados pela sua vulnerabilidade social nas questões de acesso à medicação e na realização de exames complementares de diagnósticos. A área da saúde contou também com o apoio de 19 particulares (doações realizadas por indivíduos, instituições e paróquias).

À semelhança dos anos anteriores, participamos no Banco Farmacêutico e foram mantidas as parcerias estabelecidas com o Hospital da Ordem Terceira, a Clínica Médica e Diagnóstico Alto do Lumiar e a empresa Uni-labs. A parceria já existente com a Clínica Joaquim Chaves Saúde foi alargada também ao apoio do JRS Portugal existente no Porto. Deu-se, ainda, continuidade às parcerias criadas, anteriormente, com 9 farmácias que têm vindo a apoiar o JRS Portugal ao longo dos anos e foram criadas parcerias com mais 2, durante este ano.

7.3.3. CLAIM Santa Clara²

O CLAIM Santa Clara é uma resposta presente no JRS Portugal desde 2003 que tem como objetivo apoiar migrantes a nível socio-legal através de atendimento e acompanhamento individual, assim como na realização de sessões de informação sobre os direitos e deveres dos migrantes, lei de estrangeiros, lei do asilo e nacionalidade portuguesa. Integra a Rede Nacional de CLAIM's, dinamizada pelo ACM, I.P. há cerca de 22 anos.

No ano de 2024 deu-se ainda início ao projeto **CLAIM 3.0**, cofinanciado pelo Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI2030-FAMI-00327300).

O Projeto pretende, consolidar uma resposta CLAIM em Lisboa e Porto, ampliando geograficamente o trabalho de referência do JRS no apoio à integração multidimensional de NPT. Este apoio será desenvolvido através do atendimento personalizado, que inclui as dimensões: sociolegal, empregabilidade, psicossocial, habitação e saúde mental; e de atividades de capacitação e sensibilização em prol de uma integração positiva e sustentável.

Principais atividades e estatísticas que evidenciem os resultados alcançados

Em 2024, o CLAIM prestou apoio a **1600 pessoas migrantes**, na sua maioria do género feminino (68%), oriundos dos PALOP's (67,6%) - São Tomé e Príncipe (40,9%), Guiné-Bissau (16,7%) e Angola (9,9%). De referir, que a população que recorreu ao CLAIM encontra-se em idade ativa, sendo a média das idades 37 anos, na qual 30,5% completou o ensino básico, 29,4% terminou o ensino secundário e 12,4% detêm licenciatura. De mencionar, ainda, que apenas 2,4% da população que recorreu ao CLAIM não tinha frequentado ou completado um ciclo escolar. Pela localização do CLAIM Santa Clara 76,3% dos utentes que recorreu a este apoio residiam em Lisboa (31,6%), Loures (26,8%), Sintra (9,7%) e Odivelas (8,2%).

Assim, foram realizados **2745 atendimentos**, na qual 76,3% foram concretizados presencialmente. Os atendimentos realizados pelo CLAIM tiveram como principais assuntos abordados: processos de regularização (53,1%), acesso ao trabalho (19,8%), apoio social (13,9%) e reagrupamento familiar (5,4%).

A nível dos processos de regularização em território nacional a maioria dos atendimentos, cerca de 49,3%, foram relacionados com a prestação de informações sobre a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho (Lei de Estrangeiros), 19,8% com o pedido de agendamentos a AIMA e 10,1% com a renovação automática de Títulos de Residência. Concretamente, 21,4% dos atendimentos na prestação de informações estavam relacionados com a Autorização de Residência CPLP (AR CPLP), 17,4% sobre o artigo 88º da lei

referida anteriormente e 13,6% com a renovação de Títulos de Residência. Ainda, na prestação de informações, 11,5% foram sobre artigo 122º e 11,5% sobre o Reagrupamento Familiar. No que concerne os atendimentos relacionados com os pedidos de agendamento a AIMA houve uma concentração de pedidos relacionados com as várias alíneas do artigo 122º (22%), com o reagrupamento familiar (21,4%) e renovação de títulos de residência (17,7%).

Do ano 2024, é de destacar as dificuldades que ocorreram, relacionadas com a demora de resposta por parte da AIMA aos pedidos de agendamento, assim como em obter informações sobre processos já iniciados pelos migrantes e/ou falta de informação fase a procedimentos a serem utilizados em determinados casos. Contudo, também é de mencionar que a criação da Estrutura de Missão da AIMA para análise dos processos ao abrigo dos artigos 88.º e 89.º permitiu que as pessoas migrantes vissem os seus processos, pendentes há vários anos, serem analisados e obterem o título de residência essencial para a sua permanência em Portugal.

Outras atividades

Em 2024, foram realizadas quatro sessões de informação destinadas a pessoas migrantes, abordando os seus direitos e deveres em Portugal. Além disso, foram promovidas duas sessões para alunos da Escola de Turismo de Lisboa, com o objetivo de sensibilizá-los sobre os direitos e deveres das pessoas migrantes.

O CLAIM Santa Clara participou ativamente em diversas atividades e formações ao longo do ano. Entre as principais ações realizadas, destacam-se: a participação nas reuniões da Comissão de Acompanhamento do PMIML - Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Lisboa; na formação sobre A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e a Proteção Internacional, promovida pelo CPR- Conselho Português para os Refugiados; na formação de atualização de conhecimentos direcionada a técnicos/as da Rede CLAIM, dinamizada pela AIMA. Além disso, o CLAIM Santa Clara promoveu uma formação para técnicos com as temáticas de género, identidade e orientação sexual conduzida pela APF - Associação para o Planeamento da Família.

A equipa também participou em duas reuniões de articulação com os CLAIM's, organizadas pela AIMA, e em três sessões temáticas sobre o Sistema de Ensino Superior, o Acesso ao Ensino Superior e o pedido de registo de menores na plataforma CRM, igualmente dinamizadas pela AIMA.

7.3.4. CLAIM Porto³

O CLAIM Porto JRS é uma resposta do JRS Portugal na região Norte, para acompanhamento de pessoas deslocadas do seu país de origem por di-

² - O Projeto CLAIM 3.0 (FAMI2030-FAMI-00327300) é cofinanciado pelo Programa FAMI 2030 e pela União Europeia. Os Fundos Europeus Mais Próximos de Si.

³ - O Projeto CLAIM 3.0 (FAMI2030-FAMI-00327300) é apoiado pelo Programa FAMI 2030 e pela União Europeia. Os Fundos Europeus Mais Próximos de Si.

M
M.
B
F

versos motivos.

Iniciou a sua atividade em janeiro de 2022 e presta apoio ao longo de todo o processo do acolhimento e integração das pessoas migrantes, através de atendimento e acompanhamento individual no âmbito do apoio psicossocial (diagnóstico e acompanhamento) e da prestação de informação socio-legal. Para além disso dinamiza também sessões de informação sobre os direitos e deveres das pessoas migrantes, lei de estrangeiros, lei do asilo e nacionalidade portuguesa, ou outros temas que se demonstrem pertinentes às pessoas que acompanha.

Principais atividades e estatísticas que evidenciem os resultados alcançados

Em 2024, o CLAIM Porto prestou apoio a **798 pessoas migrantes**. A maioria das pessoas atendidas foram do género feminino (61,40%) e com idade média de 37 anos. As nacionalidades com mais representatividade foram: Brasil (26,19%), Colômbia (19,80%), Angola (9,15%), Argentina (7,90%) e Venezuela (5,77%).

Das pessoas atendidas, a sua maioria tem nível de escolaridade secundário (32,33%), seguindo-se o ensino superior (entre bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento) (31,45%) e depois o 3º ciclo do ensino básico, correspondente ao 9º ano (14,04%).

A maioria das pessoas acompanhadas reside no concelho do Porto (57,64%), seguindo-se Vila Nova de Gaia (11,90%), Matosinhos (4,26%), Maia (3,51%) e Gondomar (3,01%).

Para estas 798 pessoas migrantes atendidas foram realizados **1727 atendimentos** em formato presencial (75,45%) ou à distância, através de contactos telefónicos, videochamada ou emails (12,51%) e contactos com serviços externos no âmbito das diligências que fazem parte do acompanhamento (10,02%). Podemos ainda caracterizar os atendimentos realizados em 2024 como atendimentos de cariz socio-legal (62,51%), social (42,91%) e de empregabilidade (18,59%).

No acompanhamento socio-legal a atividade predominante é a prestação de informação. Foram prestadas informações (e feitos pedidos de agendamentos à AIMA) sobre formas de regularização em Portugal (com enfoque na Autorização de Residência CPLP e nos artigos 88º, 89º, 91º, 91º, 122º e 123º da Lei de Estrangeiros e sobre a lei do asilo e nacionalidade), mas também sobre renovações de documentos de permanência no país e sobre como fazer o NIF, o NISS, ou acesso a outro tipo de documentos ou direitos (ex.: atestados de morada, como alterar o domicílio fiscal no banco, ou até mesmo como abrir uma conta bancária). As pessoas migrantes acompanhadas procuraram ainda informações sobre o seu direito de acesso à saúde em Portugal e sobre o direito de acesso aos seus

direitos sociais enquanto com situação regular, irregular ou em processo de regularização.

A grande percentagem de atendimentos de cariz socio-legal deve-se à conjuntura nacional que se observou em 2024. Este foi um ano desafiante para as pessoas migrantes que se viram surpreendidas pelo término abrupto do processo da Manifestação de Interesse. O ano foi marcado por muitos atendimentos com foco: na prestação de informação sobre formas alternativas de regularização adequadas à sua situação; esclarecimento e apoio no cumprimento dos novos procedimentos da AIMA relativamente às Manifestações de Interesse já anteriormente submetidas; renovação dos documentos de permanência em território nacional; informações sobre o decreto de lei que prorrogou a validade destes documentos.

De notar ainda que o NISS se tornou também mais uma barreira à integração das pessoas migrantes no sistema português, que foi também dificultado e limitado a quem tivesse pedido de autorização de residência e contrato de trabalho, sendo que muitas entidades patronais se recusavam a contratar pessoas que não tinham este número. Para além disto é de notar uma grande incongruência dos serviços públicos em respeitar os direitos de acesso das pessoas migrantes a certos serviços ou apoios, por exemplo: frequentemente pessoas com Autorização de Residência CPLP tiveram dificuldade em aceder a apoios sociais; ou as barreiras impostas pelos centros de saúde a menores de idade sem autorização de residência.

Os assuntos mais abordados e apoios mais pedidos no âmbito do atendimento social foram: apoio no preenchimento de requerimentos de apoios sociais ao Instituto da Segurança Social, I.P.; carência alimentar e/ou de vestuário; necessidade de alojamento social para pessoas migrantes em situação de sem-abrigo; necessidade de apoio medicamentoso e/ou médico; necessidade de apoio com produtos de higiene e de bebé. Foram feitos encaminhamentos para respostas da comunidade para colmatar as necessidades identificadas e dados apoios pontuais com alimentos, cartões de transporte e com a compra de medicação para algumas das pessoas com esta necessidade sinalizada, com o apoio do projeto *Hardship Fund 2024*, que nos permitiu apoiar diretamente os utentes em acompanhamento.

A dificuldade em integrar plenamente o sistema português, a impossibilidade de regularização e falta de soluções para quem não conseguiu submeter a sua Manifestação de Interesse, a burocratização e falta de resposta da AIMA a pedidos de agendamento e de renovação de documentos e por fim a precariedade laboral que já acompanhava as pessoas migrantes no seu percurso mas que se agravou por todos estes motivos, colocou as pessoas migrantes em situação de maior vulnerabilidade social. Proporcionalmente, o apoio social tornou-se também um desafio para os técni-

cos de acompanhamento uma vez que é também limitado consoante o estado de regularização destas pessoas no que toca ao seu encaminhamento para serviços de apoio (por exemplo: os municípios recusam-se a atender pessoas sem autorização de residência).

Ao **nível do emprego os principais apoios prestados foram:** realização ou atualização de currículo; recolha de informação sobre áreas de interesse do utente e sua disponibilidade de horário; informação sobre técnicas de procura ativa de emprego e sobre empresas de trabalho temporário a que recorrer; intermediação entre pessoas migrantes e entidades empregadoras; apoio no envio de candidaturas a propostas de emprego. Paralelamente foram também realizadas as seguintes atividades: 3 workshops sobre como navegar o mercado laboral português; participação numa feira de emprego em parceria com outras entidades externas; realização de 4 momentos de jornadas de emprego que consistiram no acompanhamento de utentes na entrega de currículos em entidades patronais adequadas aos seus interesses e competências; e participação numa sessão de empregabilidade dinamizada pela AIMA.

Outras atividades

A equipa do CLAIM Porto participou ainda em formações propostas como: Formação Inicial para Técnicos/as dos Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes; e sessão de esclarecimentos sobre o registo de menores na plataforma CRM AIMA. Estiveram ainda presente no evento “Da Mobilização à Ação”, do Programa JUNTOS!Porto.

Foram ainda realizadas duas sessões de sensibilização para os direitos e deveres que tiveram como objetivos informar as pessoas migrantes sobre as possíveis vias de regularização em território nacional, informando-os sobre a Lei de Estrangeiros, bem como sobre os seus direitos e deveres sociais.

7.3.5. Mediadores Municipais e Interculturais

O Projeto Mediadores Municipais e Interculturais nasceu de um diagnóstico das realidades e necessidades das comunidades ciganas e migrantes. Este projeto envolve diversos territórios, comunidades e entidades, destacando-se como principais parceiros a Associação de Solidariedade e Ação Social de Ramalde, o Espaço T – Associação para Apoio à Integração Social e Comunitária, a Associação de Ludotecas do Porto e o JRS – Portugal (Serviço Jesuíta aos Refugiados). É coordenado pelo Município do Porto e tem como objetivo principal responder aos desafios relacionados com a falta de integração destas populações.

A iniciativa visa capacitar aqueles que, devido a circunstâncias socioeconómicas e culturais, se encontram em situação de vulnerabilidade ou exclusão, utilizando a mediação intercultural como metodologia para

aproximar as populações das entidades locais. Desta forma, procura-se fomentar o diálogo intercultural entre estas comunidades e a cidade, promovendo territórios mais inclusivos.

A mediação intercultural assume uma abordagem transversal, tendo como princípios fundamentais a promoção da interculturalidade, a não discriminação e a igualdade de oportunidades. Este trabalho integra áreas específicas como a Educação, a Cultura, a Saúde, a Habitação e a Empregabilidade, entre outras.

Promover a interculturalidade é essencial para o desenvolvimento de comunidades mais inclusivas, participativas e socialmente competentes num contexto de diversidade cultural. Este esforço contribui para fortalecer o sentimento de pertença e de envolvimento das populações na cidade.

Principais atividades e estatísticas que evidenciem os resultados alcançados

Num contexto social em que um diálogo intercultural eficaz é essencial para a promoção da coesão social, o Projeto Mediadores Municipais e Interculturais assume-se como um instrumento fundamental para aproximar as populações mais vulneráveis, em particular as pessoas migrantes, da cidade onde residem.

As necessidades das pessoas migrantes alteraram-se, visto que há uma maior procura para pedidos de esclarecimentos sobre a alteração da lei da imigração, e o final da possibilidade de se fazerem manifestações de interesse; o registo de menores, e a renovação de títulos de residência. Recebemos também muitos pedidos relacionados com o elevado tempo de espera para os processos de Reagrupamento Familiar e pedidos de residência por estudo.

Descrevem-se de seguida, relativamente a cada eixo de ação, as atividades e números atingidos pelo projeto, ao longo do ano de 2024:

- **Serviço Municipal de Mediação Intercultural (SMMI)**

O SMMI, acontece no Gabinete do Município do Porto, realiza um diagnóstico de necessidades a cada pessoa migrante, com posterior acompanhamento individualizado. Operacionaliza os encaminhamentos e acompanhamentos necessários, tanto no âmbito social como nas questões jurídicas que se prendem com a regularização em território nacional. Ao longo de 2024, **atendemos 371 pessoas migrantes em 474 atendimentos**. Fizeram-se ainda 28 acompanhamentos a serviços.

- **Programa de Capacitação para Agentes Comunitários**

Asseguramos, a realização de 6 ações de capacitação (com a duração de 3h/cada), com a participação de 173 docentes e não docentes de várias

M
M.
B
F
A

escolas do Município do Porto.

- **Programa de Ativação de Competências Cívicas e Interculturais**

Este eixo, prevê a participação e o acompanhamento das pessoas migrantes, residentes na cidade do Porto, em visitas a equipamentos e/ou locais, para a promoção cultural, cívica e desportiva; projetos de animação comunitária, de criação artística e artesanal; organização de debates em torno de temas na área da mediação intercultural e partilha de boas-práticas de diferentes territórios; dinamização de atividades de educação para a cidadania. Assim, ao longo de 2024 realizamos **20 ações, atingindo 340 pessoas migrantes.**

- **Percurso de Ativação da Qualificação e Empregabilidade**

O último eixo de atuação do projeto prevê a criação de projetos educativos / de combate ao abandono e insucesso escolar; a participação de pessoas migrantes residentes na cidade do Porto em oficinas de alfabetização de adultos, de modo a facilitar a transição para percursos de maior exigência, em articulação com respostas formativas e de emprego existente e a conceção e dinamização de atividades de educação não formal que contemplem momentos de formação/capacitação e lúdico-expressivos. **Realizamos 7 atividades, nas quais atingimos 125 pessoas migrantes.**

O Projeto Mediadores Municipais e Interculturais tem demonstrado um impacto significativo na promoção da inclusão e no fortalecimento da coesão social, contribuindo para que as pessoas migrantes se sintam mais integradas e valorizadas na cidade do Porto. O projeto reforça o compromisso de construir uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva para todos.

7.3.6. Unidade Habitacional de Santo António (UHSA) – Acompanhamento na Detenção

O Centro de Instalação Temporária (CIT) - Unidade Habitacional de Santo António (UHSA), situado no Porto, conta com a presença do Serviço Jesuíta aos Refugiados - Portugal (JRS Portugal) desde 2006, data de abertura da Unidade. Estas instalações são destinadas à detenção de pessoas migrantes em situação irregular em Portugal, onde podem permanecer, ao abrigo da lei, por um período máximo de 60 dias, enquanto aguardam os ulteriores termos do seu processo.

A gestão do CIT é feita pela Polícia de Segurança Pública (PSP), sendo que a análise dos processos administrativos fica ao encargo da Agência para a Integração Migrações e Asilo (AIMA).

O JRS Portugal tem como principal objetivo, assegurar a prestação de apoio psicossocial e acompanhamento socio-legal aos cidadãos em situação de detenção, oferecendo orientação e apoio durante todo o processo.

Principais atividades

Inicialmente, é realizado um atendimento com o objetivo de promover o acolhimento social e o diagnóstico social. Durante este atendimento, busca-se esclarecer as normas de funcionamento do centro, apresentar as organizações e suas funções, além de recolher informações sobre o utente, a fim de avaliar suas necessidades, vulnerabilidades e potencialidades.

Este acompanhamento compreende: o encaminhamento para entidades parceiras, o cuidado de necessidades diárias que possam surgir, atribuição de vestuário, aquisição de bens no exterior do centro, acesso ao telemóvel do gabinete social e o apoio no contacto com familiares. No âmbito deste acompanhamento, também é oferecido apoio psicossocial, com foco na manutenção do bem-estar geral, baseado na criação de uma relação de confiança com o detido, por meio de uma postura empática e escuta ativa, visando a tranquilização emocional e a minimização de frustração e stress.

No último ano, as atividades realizadas cresceram de forma gradual, expandindo-se além das celebrações em datas significativas, como o S. João, o Dia do Migrante, o Dia do Refugiado e o Natal, e tendo sido introduzidas atividades semanais, como a 'Tarde de Cinema', e atividades mensais focadas em jardinagem, renovação de móveis e atividades culturais.

Realiza-se também o acompanhamento socio-legal, que inclui: o fornecimento de esclarecimentos gerais sobre o contexto em que os cidadãos se encontram e sobre o quadro jurídico das migrações em Portugal; o preenchimento do requerimento para pedido de proteção jurídica junto à Segurança Social; a articulação com entidades especializadas para esclarecimentos legais específicos, como o Conselho Português para os Refugiados (CPR) e o Gabinete Jurídico do JRS; a comunicação com a entidade responsável pelos processos para esclarecimentos adicionais (AIMA/PSP); o contato com defensores oficiosos e advogados constituídos; e o auxílio na comunicação com entidades consulares.

É também realizado o atendimento de orientação para a saída, que precede a saída do utente da UHSA, servindo como preparação e planeamento para a libertação do migrante e da sua inserção na sociedade. Neste, são realizadas as seguintes ações: providenciar informação geral sobre o funcionamento do sistema português; articulação com a Segurança Social (para procura de resposta de alojamento social); informação e encaminhamento para entidades de apoio social e legal, como os CLAIM's; prestação de orientações geográficas, com entrega de mapas da cidade e materiais informativos sobre a correta utilização dos transportes públicos; entrega de um "kit de saída" em situações de vulnerabilidade social em que não se preveja a integração em entidades de apoio e acompanhamento social, que pode conter comida, capa de chuva, luvas, cachecóis, cobertor, saco cama,... No momento da libertação, pode ser feito pelo JRS

o acompanhamento dos detidos a transportes públicos (ex: metro, auto-carro), no caso de se demonstrar necessário, consoante o nível de vulnerabilidade da pessoa.

Estatísticas que evidenciem os resultados alcançados

No ano de 2024 foram contabilizados **151 utentes detidos**. Destes 151, 139 utentes foram do género masculino, contabilizando-se apenas 12 do género feminino.

As nacionalidades mais representativas foram: Argélia (15 pessoas); Brasil (12 pessoas), Índia (11 pessoas); Marrocos (11); Albânia (7 pessoas); e Nigéria (6 pessoas). As idades dos cidadãos detidos estão compreendidas entre os 17 e os 58 anos, sendo a média 33 anos.

Quanto aos apoios prestados pelo JRS, foram realizados 1745 atendimentos: 164 de acolhimento social para 122 utentes; 922 atendimentos de acompanhamento social para 140 pessoas; 793 atendimentos de acompanhamento legal a 127 utentes; 135 atendimentos de orientação para a saída a 87 utentes.

No acompanhamento social, a ação com mais predominância foi a atribuição de vestuário (319 ações), seguindo-se o apoio psicossocial (245 ações), a articulação com entidades parceiras à UHSA (89 ações) e a prestação de informação (77 ações). Ainda no âmbito do acompanhamento social foi permitida a utilização do telefone fixo/telemóvel do gabinete social, para contacto com o exterior ou com outras entidades, 69 vezes e foram também feitas 57 ações na atribuição de artigos pessoais e derivados para os utentes.

No que toca ao acompanhamento socio-legal, os apoios de maior destaque foram os contactos com advogados/defensores nomeados (238 ações); a prestação de informação acerca do Processo de Afastamento Coercivo (137 ações); os requerimentos de apoio jurídico feitos ao Instituto da Segurança Social (85 ações); a prestação de informação no âmbito do Pedido de Proteção Internacional (82 ações); e as articulações com o Conselho Português para os Refugiados (CPR) no âmbito do acompanhamento de requerentes de asilo (79 ações).

No que toca à orientação para a saída, foram prestados 109 apoios, dos quais foram realizadas: 73 ações de apoio psicossocial; foi prestada informação sobre orientação geográfica a 29 utentes; 19 ações de auxílio na aquisição de bilhete para transporte; 8 ações de acompanhamento a serviços (nomeadamente ao terminal rodoviário e metropolitano do Porto); 8 ações de pedido de alojamento ao Instituto da Segurança Social.

Outras atividades

Em 2024, foram recebidas 3 estagiárias de Serviço Social do Instituto Su-

perior de Serviço Social do Porto (ISSSP). As estagiárias foram orientadas para a aprendizagem das funções socio-legais realizadas na UHSA e incentivadas a planificar atividades psicossociais com os utentes. Manteve-se, ainda, a presença do grupo de voluntários do FAZ Imigrantes com visitas semanais para dinamização de atividades lúdicas com as pessoas migrantes presentes na UHSA.

A equipa da UHSA participou também no Detention Visitors Support Group (DVSG), iniciativa do JRS Europa, em Malta.

7.4. Academia

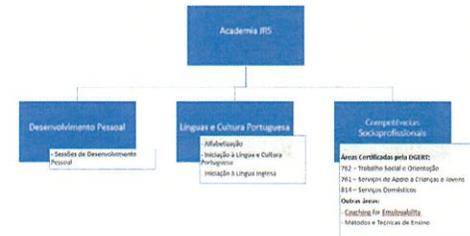


Imagem 14 – Organograma da Academia

Enquadramento

A intervenção da Academia JRS ocorre nas cidades de Lisboa e Porto, com o objetivo de capacitar um número crescente de imigrantes e refugiados. Este foco tem impulsionado o desenvolvimento de uma maior diversidade de projetos, parcerias e atividades formativas, permitindo responder de forma mais eficaz às necessidades desta população. A estruturação e desenvolvimento das formações oferecidas dependem principalmente das entidades financiadoras, bem como das necessidades identificadas entre a população imigrante e refugiada, tendo em consideração as exigências do mercado de trabalho.

Durante o ano de 2024, a equipa da Academia JRS contou adicionalmente com a colaboração de 11 formadores externos, e um grupo de 19 formadores voluntários especializados em diversas áreas de formação.

Ao longo do ano, foram desenvolvidos dois projetos, juntamente com outras atividades formativas integradas em diferentes áreas de intervenção do JRS. No total, foram realizados 25 cursos, abrangendo uma ampla variedade de áreas de formação, com o objetivo de promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos participantes e apoiar a sua integração social e laboral.

M
M.
B
F
A

Para o início dos vários cursos formativos previstos no âmbito dos diversos projetos, foram realizadas um total de 280 entrevistas de seleção a migrantes e refugiados que se inscreveram e demonstraram interesse em participar. A maioria dos candidatos provinha de países como Bangladesh, Colômbia, Nigéria, Ucrânia, Paquistão e Venezuela, composta por 56% de mulheres e 44% de homens. Maioritariamente com idades compreendidas entre os 26 e os 45 anos, estando em fase ativa para o mercado de trabalho.

No que diz respeito ao nível de escolaridade, a maioria dos inscritos possuía habilitações superiores ou, pelo menos, o ensino secundário, o que demonstra o elevado nível de formação desta população.

Dados estatísticos e atividades desenvolvidas

Ao longo do ano, foram desenvolvidos os seguintes projetos/atividades formativas:

Área de Alfabetização e Humanidades

• Projeto - "CLAIM 3.0"

No âmbito do Projeto CLAIM 3.0, foram dinamizados 4 Cursos de Iniciação à língua portuguesa, 2 na cidade de Lisboa e 2 na cidade do Porto. Um dos objetivos deste projeto foi criar uma resposta formativa inovadora, permitindo que os participantes aprendessem a língua portuguesa de forma dinâmica e criativa. Através de jogos, dinâmicas interativas e saídas culturais.

Para além dos materiais pedagógicos criados, que abordavam diferentes temáticas, foi também utilizado o Manual de Português "No Elétrico a Preto e Branco" como recurso complementar.

Com esta abordagem, promoveu-se a integração cultural, oferecendo aos 38 formandos que concluíram cursos, uma experiência de aprendizagem completa e imersiva, que favoreceu tanto o domínio da língua como a adaptação à nova realidade cultural. Estes cursos foram dinamizados por formadores externos quer em Lisboa, quer no Porto.

• Cursos de Iniciação à Língua e Cultura Portuguesa

Face à crescente procura de migrantes e refugiados para aprender a língua portuguesa, a Academia JRS decidiu, mesmo sem financiamento específico, organizar cinco cursos de português. Quatro destes cursos foram ministrados pelas técnicas da equipa e um foi lecionado por um voluntário, demonstrando o compromisso da Academia em promover a integração linguística e cultural dos 39 participantes que concluíram com sucesso.

Área de Desenvolvimento Pessoal e Áreas Socioprofissionais

• Projeto - "Pontes para o Futuro"

Este projeto decorreu na cidade do Porto, na freguesia do Bonfim, onde é visível a prevalência de cidadãos migrantes, na qual se apostou na formação linguística e socioprofissional.

O principal objetivo passou por contribuir para a integração social de 73 migrantes na sociedade de acolhimento através de ações de formação linguística e profissional e facilitar o acesso de migrantes ao mercado de trabalho, através do aumento das suas competências linguísticas, sociais, pessoais e profissionais.

Foram alcançados os seguintes resultados:

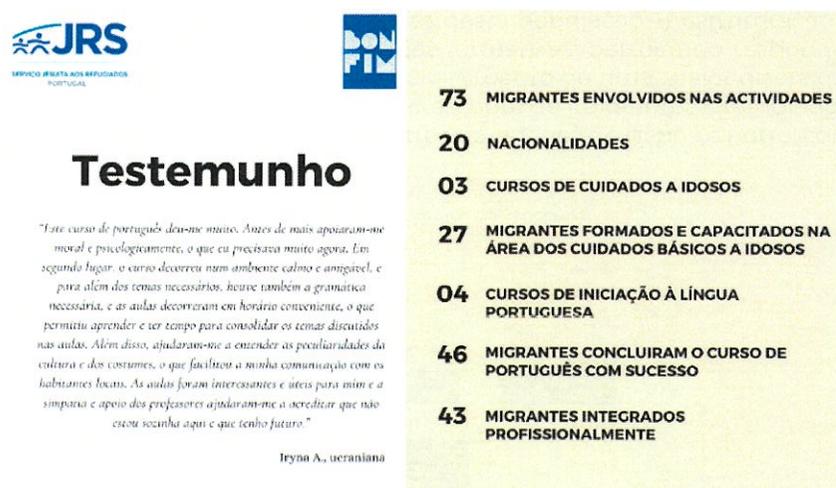


Imagem 15 – Resultados do projeto "Pontes para o Futuro"

• Projeto - "Talents and Skills Academy"

O projeto teve como objetivo promover as competências dos migrantes, oferecendo cursos para o desenvolvimento pessoal, social e profissional. Foram realizados quatro cursos de *Coaching for Employability* (52 formandos) e um curso de Métodos e Técnicas de Ensino (7 formandos). Este último permitiu aos formandos dinamizar cursos de Iniciação ao inglês para migrantes e refugiados, formando 19 participantes.

O projeto foi amplamente divulgado nas sessões de Informação e Técnicas de Procura de Emprego da AIMA, visando aumentar a sua visibilidade.

Adicionalmente, o BNP Paribas organizou o evento "Talent Connect with JRS", promovendo o recrutamento dos formandos que concluíram os cur-

sos, criando uma ligação entre a formação e as oportunidades de trabalho no BNP Paribas.



Imagem 16 – Atividades do projeto “Talents and Skills Academy”

Cursos Academia 2024

Cursos	Local	Nº de Cursos	Nº formandos que iniciam	Nº formandos que desistem	Nº formandos que concluem	Integração Profissional
Iniciação à língua e cultura portuguesa	Lisboa	7	82	21	61	N/A
Iniciação à língua e cultura portuguesa	Porto	6	88	26	62	26
Cuidados Básicos a Idosos com enfoque nos Cuidados Paliativos	Porto	3	29	2	27	21
Coaching for Employability	Lisboa	4	55	3	52	17
Métodos e Técnicas de Ensino	Lisboa	1	7	0	7	3
Inglês (nível básico)	Lisboa	2	13	6	10	N/A
Inglês (nível avançado)	Lisboa	1	6	0	6	N/A
Total		24	280	58	225	67

N/A – Não se aplica

Tabela 3 – Cursos da Academia em 2024

Foram realizados 24 cursos em diversas áreas, com 280 migrantes a iniciar a formação. Destes, 225 concluíram com aproveitamento positivo, enquanto 58 desistiram, especialmente nas ações de iniciação à língua portuguesa. As desistências devem-se à falta de apoio financeiro, nomeadamente no transporte e bolsas de formação.

A situação de desemprego levou os participantes a priorizarem a procura de emprego em vez da aprendizagem da língua, essencial para a integração social e profissional.

Os dados mostram o potencial dos participantes, que, com o apoio adequado, estão preparados para integrar-se no mercado de trabalho e na sociedade.

7.5. Emprego

No decorrer do ano de 2024 o Gabinete de Emprego do JRS apoiou **1721 pessoas** no processo de procura de emprego, reforçando a importância do emprego no plano de integração das pessoas migrantes em Portugal. Este ano registámos uma redução da equipa, constituída agora por 3 técnicos e 6 voluntários, o que resultou numa redução dos números de pessoas atendidas face ao ano anterior. Tendo por base uma abordagem em várias vertentes, desenvolvemos as seguintes atividades:

- **Definir e/ou atualizar o perfil profissional dos utentes:**

Em 2024 mantivemos a realização de atendimentos presenciais para a definição dos perfis profissionais dos utentes e orientação profissional, conjugado com os atendimentos telefónicos, à distância, para efeitos de acompanhamento, totalizando **4792 atendimentos**. Destes, 78% foram realizados a mulheres e 22% a homens. Tal como no ano anterior, identificámos uma maior representatividade de pessoas migrantes provenientes de São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Angola, e surge este ano o Bangladesh como 4º país com maior representação. A grande maioria (96%) estão em idade ativa, concentrando-se entre os 21 e os 65 anos de idade. Foram várias as dificuldades de integração profissional destas pessoas nomeadamente a pouca experiência profissional, diferenças culturais, disponibilidade horária e geográfica que correspondesse às necessidades do mercado de trabalho, a dificuldade na aprendizagem da língua portuguesa e também a situação legal. As alterações legislativas, mais precisamente o fim das manifestações de interesse em junho de 2024 e a incapacidade da AIMA de renovar as autorizações de residência já atribuídas, causou muita instabilidade e ansiedade na população migrante, mas também criou desconfiança do lado das entidades empregadoras, prejudicando os processos de recrutamento e consequentemente a colocação profissional destas pessoas;

- **Dinamização de workshops sobre empregabilidade:**

Tendo consciência da importância de potenciar, capacitar e adaptar as pessoas migrantes para o mercado de trabalho em Portugal foram dinamizados **42 workshops** sobre empregabilidade no qual foram trabalhados temas como literacia digital, prospeção de ofertas de emprego, preparação de entrevista e direitos & deveres laborais. De forma a chegarmos a mais utentes, este ano os workshops foram realizados em português, inglês e também espanhol;



Imagens 17 e 18 – Workshops sobre empregabilidade

- **Dinamização de Jornadas de Emprego:**

Para que os utentes desenvolvessem e praticassem competências de prospeção de emprego telefónico e presencial (“porta-a-porta”) foram realizadas 5 jornadas de empregabilidade. A atividade foi realizada em pequenos grupos, acompanhados por um técnico, com o objetivo de capacitar os utentes e torná-los mais confiantes no processo de candidatura a empresas;



Imagem 19 e 20 – Jornadas de Emprego

- **Pesquisa, divulgação e encaminhamento para respostas alternativas/complementares:**

No sentido de maximizar as possibilidades de integração laboral e de formação profissional, foram pesquisadas e partilhadas respostas complementares para cada utente consoante o perfil profissional de cada um;

- **Divulgação da Plataforma Alt-Emprego:**

Esta plataforma online, resultado do projeto Ctrl+Alt+Emprego, está disponível em 3 línguas e visa promover a orientação profissional e a prospeção de emprego autónomas, bem como o acesso a informação, conhecimento sobre direitos/deveres correlacionados com matéria laboral. A sua divulgação foi realizada em contexto de atendimento e também utilizada como recurso na dinamização dos workshops. Este ano recebemos também a visita de uma comitiva do Programa Cidadãos Ativos, financiadores do projeto, de forma a apresentarmos os resultados e o impacto que este

projeto teve na população;

- **Angariação e resposta a ofertas de emprego:**

No decorrer do ano de 2024 angariámos **337 ofertas de emprego** mantendo maior representatividade nas áreas da geriatria e serviço doméstico. De destacar também a hotelaria, restauração e serviços administrativos. Estas ofertas resultaram em **94 colocações profissionais**. É importante referir que 15 destas ofertas continuam ativas e os processos de recrutamento continuarão em 2025. Reforçamos que a pouca experiência profissional, falta de respostas de capacitação e atrasos da AIMA relativamente aos processos de regularização e renovação de documentos foram os principais motivos para a dificuldade de integração profissional dos candidatos;

- **Follow-up com empregadores após referenciação de candidatos:**

Com o objetivo de acompanhar os resultados da referenciação dos candidatos e a adaptação dos trabalhadores nos postos de trabalho, foram realizados contactos de seguimento para todas as 337 ofertas de emprego angariadas. Contudo, apesar da nossa persistência e diversidade na forma de contacto (telefónico/email), são vários os empregadores que não respondem às solicitações do JRS, ora porque a sua necessidade de trabalhadores é preenchida, ou porque, por motivos administrativos, têm dificuldade em dar feedback;

- **Prospetar oportunidades de trabalho adequadas aos perfis individualizados das pessoas migrantes:**

De forma a dar resposta aos perfis específicos e individuais de cada pessoa migrante foram realizadas **432 candidaturas** online. Atualizámos também o guia de empresas de recrutamento (dividido por áreas geográficas e áreas profissionais), que foi facultado aos utentes para servir de orientação na sua procura de emprego uma vez que muitos deles, sendo recém-chegados a Portugal, não sabem onde se dirigir;

- **Aproximar o Gabinete de Emprego ao tecido empresarial:**

Para tal foram dinamizados **11 workshops** a empresas com vista à sensibilização para a Diversidade e Inclusão, à informação sobre contratação de estrangeiros e à partilha de boas práticas, bem como à assimilação por parte do Gabinete da perspetiva empresarial do recrutamento;

- **Mapear potenciais stakeholders e estabelecimento de parcerias:**

Tendo por base os perfis dos utentes que acompanhamos, realizámos vários contactos com empresas com o objetivo de estabelecermos parcerias. Através destes contactos foi-nos possível estabelecer **5 novas parcerias** nomeadamente com a ComfortKeepers, a Primefood, o Grupo Ibersol, a União de Associações do Comércio e Serviços (UACS) e a Nobre.

7.6. Jurídico

No ano de 2024 o Gabinete Jurídico contabilizou um total de 359 atendimentos diretos a utentes, tendo realizado as seguintes atividades:

- O Gabinete Jurídico Esclarecimento interno alterações Decreto-Regulamentar Lei de Estrangeiros (Janeiro);
- Em fevereiro, o Gabinete Jurídico participou na Pós-Graduação em Direito das Migrações da Universidade Autónoma de Lisboa;
- Assessoria jurídica na área dos negócios sociais (março)
- Formação interna sobre a Lei do Asilo às equipas dos novos centros de acolhimento de Vila Nova de Gaia e de Vendas Novas, em dois momentos diferentes;
- Assessoria jurídica na área dos negócios sociais (março);
- Em abril, a Maria e a Teresa participaram na Formação interna CRIAP;
- Em abril, assinámos o Protocolo PSP e contributos regulamento interno;
- Realizámos parcerias informais com organizações católicas TSH (setembro);
- Formação sobre a Lei do Asilo à equipa técnica de Vila Nova de Gaia (setembro);
- Apoio jurídico a requerentes espontâneos (a partir de outubro);
- Formação sobre a Lei do Asilo à equipa técnica de Vendas Novas (outubro);
- Participação na Pós-Graduação da Universidade NOVA de Lisboa sobre AR de reagrupamento familiar (outubro);
- Articulação com PSP – UHSA e DGIT sobre o novo Protocolo (novembro);
- Formação aos requerentes de asilo acolhidos no centro de Vendas Novas (novembro);
- Ao longo do ano, apoiámos também cidadãos em emergência humanitária fora de Portugal, através da articulação com entidades públicas para emissão de visto VTL e acolhimento em PT (destaque para cidadãos da Palestina, Afeganistão, Camarões e Síria).

O projeto está em funcionamento, contando com a colaboração das equipas envolvidas. Espera-se que todos os pedidos pendentes sejam respondidos dentro do prazo estabelecido para o efeito.

My
My
JB
IS
A

8. Mediadores AIMA e EMAIMA

8.1. AIMA

O JRS mantém um protocolo que prevê a disponibilização de mediadores socioculturais para apoio no atendimento ao público, com funções de acolhimento, triagem, apoio, agendamento, informação e reenaminhamento de cidadãos estrangeiros. Em 2024, o protocolo consolidou-se na Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), assegurando a continuidade das atividades já desempenhadas nos anos anteriores.

Atuação dos Mediadores Socioculturais em 2024

No decurso de 2024, os mediadores socioculturais do JRS desempenharam funções no Centro de Contacto da AIMA, contribuindo diretamente para a regularização documental das pessoas migrantes.

Evolução do Protocolo e Perspetivas para o Futuro

Ao longo de 2024, **14 mediadores socioculturais** estiveram em funções ao abrigo deste protocolo. No entanto, **o protocolo prevê a atuação de 26 mediadores**, com o objetivo de reforçar a capacidade de resposta e garantir um atendimento mais abrangente. Durante o ano, a AIMA manifestou interesse em avançar com a contratação dos mediadores em falta, ficando pendente a definição do perfil desejado e a formalização do protocolo consolidado.

Adicionalmente, os 14 mediadores socioculturais atualmente em funções ao abrigo deste protocolo atingiram o limite máximo permitido por lei dos seus contratos a termo incerto, tendo os mesmos sido convertidos em contratos sem termo.

O JRS continuará a colaborar com a AIMA para reforçar este apoio e responder de forma cada vez mais eficiente às necessidades dos cidadãos estrangeiro.

8.2. EMAIMA

O JRS celebrou, com a Estrutura de Missão para a Recuperação de Processos Pendentes na AIMA (EMAIMA) e a Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I.P. (AIMA), um Protocolo de Cooperação com vigência até 02 de junho de 2025.

Este protocolo tem como objetivo a colaboração na realização de atendimento sobre processos de regularização pendentes, conforme a Resolu-

ção do Conselho de Ministros n.º 87/2024, de 10 de julho. Esta parceria exigiu a disponibilização de mediadores socioculturais, nos termos da Lei n.º 105/2001, de 31 de agosto.

Os mediadores asseguram o atendimento aos requerentes de processos de concessão e renovação de autorização de residência pendentes, no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 87/2024, de 10 de julho, incluindo o acolhimento, triagem de documentos, informação, apoio, recolha de dados biométricos e encaminhamento dos processos para instrução e decisão dos pedidos de regularização dos cidadãos migrantes.

Início do Projeto: As primeiras reuniões com a coordenação da EMAIMA ocorreram em julho de 2024, com a definição dos termos do protocolo e a articulação inicial das ações propostas.

Contratação de Trabalhadores: A contratação dos mediadores socioculturais foi concluída no mês de agosto de 2024.

Início de Funções: Os mediadores iniciaram as suas funções em setembro de 2024, com a preparação e integração nas equipas de atendimento.

Número de Mediadores: Foram recrutados 15 mediadores para recolha de dados biométricos e 6 mediadores para a triagem dos documentos, sendo um total de 21 mediadores socioculturais, para garantir a cobertura das operações.

Atividades Desenvolvidas

- **Reuniões Semanais:** Durante o período de setembro a dezembro de 2024, ocorreram reuniões semanais de acompanhamento entre as associações e a coordenação da EMAIMA para avaliar o progresso das atividades e ajustar estratégias operacionais, conforme as necessidades prementes.
- **Atendimentos Realizados:** De setembro a dezembro de 2024, foram realizados cerca de 150.000 atendimentos. Estes atendimentos ocorreram de forma contínua, com um fluxo de trabalho otimizado para garantir a eficiência e a qualidade do serviço prestado.

Articulação e Gestão do Projeto

- **CLAIM:** O recrutamento e o acompanhamento dos mediadores socioculturais foram feitos em estreita colaboração com o CLAIM, garantindo que os mediadores estivessem preparados para lidar com as necessidades específicas das pessoas que se encontram com processos de regularização pendentes.
- **Equipa de RH e Gestão Financeira de Projetos:** O projeto contou com o suporte contínuo das equipas de RH para garantir a correta contratação e gestão dos mediadores, bem como da equipa de Gestão Financeira para assegurar que o orçamento fosse seguido e as

M
My.
B
f
A

despesas estivessem em conformidade com o protocolo.

Contribuição do JRS para a Missão de Regularização (Setembro - Dezembro 2024)

Desde setembro – período em que a Estrutura de Missão foi iniciada – até dezembro de 2024, **os mediadores socioculturais do JRS** desempenharam um papel essencial na triagem documental e recolha de dados biométricos, garantindo que os requerentes pudessem dar seguimento aos seus pedidos de autorização de residência de forma mais ágil e organizada

Atendimentos realizados:

Biometria: Aproximadamente **19.000 atendimentos** realizados.

Triagem Documental: Cerca de **6.600 atendimentos** efetuados.

Estes números refletem o impacto direto da intervenção do JRS na **agilização dos processos pendentes**, assegurando um apoio estruturado e eficiente à regularização documental dos cidadãos migrantes.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the bottom and several smaller initials above it.

9. Datas Comemorativas

Junho (dia 20) - Dia do refugiado: neste dia inauguramos o Centro de Vendas Novas.

Novembro (dia 14) – Dia da Fundação do JRS: juntamos de colaboradores e voluntários no CPA para celebrar o 44º aniversário do JRS.

Dezembro - Celebração do Natal com os nossos utentes: Gaia (dia 18); Lisboa (dia 20) e Vendas Novas (dia 21).

10. Resposta do JRS ao Plano Apostólico da Província Portuguesa da Companhia de Jesus (PAP)

O PAP, é um documento, enviado a todas as comunidades e obras com algum tipo de vínculo à Província Portuguesa da Companhia de Jesus (PPCJ), para promover um debate interno e responder a alguns desafios que a PPCJ sente serem mais prementes na nossa sociedade e no nosso modo de proceder.

Neste sentido, um grupo representativo dos coordenadores das equipas do JRS reuniu-se duas vezes (28 de novembro e 5 de dezembro) para conversar sobre o PAP e os desafios que este lança ao JRS em concreto. Destas reuniões resultou um documento, e que foi enviado à Direção, para aprovação.

Algumas conclusões:

Foi considerado que, de algum modo, todo plano de Atividades de 2025, do JRS, responde já ao PAP, sobretudo à 2ª Preferência Apostólica Universal (PAU) – “Caminhar junto aos pobres, aos descartados do mundo, aos violados na sua dignidade, numa missão de reconciliação e justiça.”

- Sentimos, no entanto, que havia uma Prioridade, apresentada pelo PAP - “Fomentar, entre jesuítas e colaboradores, a consciência de missão partilhada” e um objetivo, específico para o JRS - “Promover e consolidar uma maior implicação da Província no JRS” que mereciam uma especial atenção.

Neste âmbito foi elaborado uma proposta de um plano de ação com o objetivo de responder a estes desafios e o qual será apresentado à Direção.

M
M.
B
J
K

Nota Final

Um leitor atento do Relatório de Atividades 2024 do JRS Portugal não fica indiferente aos números que povoam todo o documento e que aparecem realçados a negrito. A grande maioria deles dizem respeito a pessoas, a seres humanos carentes e necessitados de algo que fragiliza a sua dignidade humana. É por isso que recorrem ao JRS Portugal em busca de ajuda como um porto seguro de abrigo.

Números que contabilizam atividades, atendimentos, acolhimentos, acompanhamentos, ajudas, defesas, serviços, partilhas, dádivas, mas também rostos, vidas, histórias, narrativas... tanto bem feito e tanto bem recebido, ora publicamente, ora no anonimato.

Nada disso seria possível sem a dedicação, o esforço e a entrega de todos os colaboradores do JRS Portugal, dos voluntários e dos benfeitores. Todos - cada um(a) à sua maneira e no lugar que lhe corresponde - contribuem para a imagem que este Relatório é capaz de prefigurar. Bem-hajam, em nome da Direção e em nome da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, à qual esta obra apostólica pertence.

Realçamos de modo muito particular a resposta do JRS Portugal ao Plano Apostólico da PPCJ enquanto proposta de trabalho a desenvolver em 2025 e que permitirá, sem dúvida, uma maior aproximação da Província ao JRS Portugal e do JRS Portugal à Província.

A Direção do JRS Portugal congratula-se com este Relatório de Atividades pelo que ele representa de uma missão apostólica da Companhia de Jesus ao serviço dos migrantes e refugiados, concretizando o sonho do Pe. Pedro Arrupe quando, no dia 14 de novembro de 1980, em carta dirigida a todos os Provinciais Jesuítas, fundava o JRS na Cúria Geral, em Roma. Bem-hajam e muitos parabéns!

A Direção do JRS Portugal



Parcerias de 2024

ACHNUR
ADIP - Associação de Desenvolvimento Integrado de Poiares
Adolescere
Agencia para a Integração Migrações e Asilo (AIMA)
Aldeias SOS
AMI - Porta Amiga
APAV
APDES - Agência Piaget para o Desenvolvimento
APF Norte
APPC - Associação do Porto de Paralisia Cerebral
Associação Bairros | Porta a Porta – Emprego Primeiro
Associação Benéfica e Previdente
Associação de Apoio à Criança- UAPA em Guimarães
Associação Seis
Associação Serve the City
Associação Terra Solta
Banco do Bebê
BNP Paribas
Botão Donativo
BPI
BUS
BUS - Bens de utilidade social
Câmara Municipal de Vendas Novas
Câmara Municipal do Porto
Câmara Municipal do Porto
Casa das Artes
Casa São Francisco de Assis -
Casa Saõ Francisco de Assis Lisboa - JENA
CECOA
CEFPI (Centro de Educação e Formação Profissional Integrada)
Centro Comunitário São Cirilo
Centro de Emprego e Formação Profissional de Entre o Douro e Vouga
Centro Qualifica
Centro Social de Soutelo
Centro Social e Paroquial do Campo Grande
Cetelem
Cinema Trindade
CLAIM Lusófona
Clínica Médica e Diagnóstico Alto do Lumiar
CNAIM Norte

Coliseu Porto
ComfortKeepers
Comunidade Vida e paz
Crescer – Associação de Intervenção Comunitária
Cruz vermelha
Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação do Porto
CVX Além-Tejo
Departamento Migrações e Asilo - idset
EAPN
Equipa Técnica Apartamentos de Autonomização “Casas da Ponte” - Fundação o Seculo
Escola Secundária do Cerco do Porto
Escola Segunda Oportunidade Matosinhos
Escuteiros
ESE (Escola Superior educação)
ESMAE
Espaço Saber Parar
Espírito da Sabedoria
Estrutura de Acolhimento Temporário (EAT) de Portalegre, APPACDM de Portalegre
Externato Santa Clara
FAS Imigrantes
FCSVP
Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo
Finanças Vendas Novas
Finanças Vila Nova de Gaia
Fundação Século
Gentopia
GNR
Grupo Ibersol
Grupo Jerónimo Martins
Hikma
Hospital da Ordem Terceira
Hotel D.Pedro
HuBB- Humans Before Borders
IAC - serviços de psicologia
ILGA - serviços de psicologia
Impulsar
Instituto Superior de Serviço Social do Porto - ISSSP
IPDJ - serviços de psicologia
ISCAP
ISCSP
ISCTE Junior Consulting
JMS
Joaquim Chaves Clínicas Médicas Ambulatório, Soc. Unipessoal, Lda
Joe | Yosuke
Junior Achievement

M
M
B
J
A



Junta de Freguesia de Campanhã
Junta de Freguesia do Bonfim
Junta de Freguesia do Bonfim
Junta de Freguesia Santa Marinha
Junta de Freguesia Vendas Novas
Liga Portuguesa de Profilaxia Social (LPPS)
Lisbon Project
Loja Social Dona Ajuda
Marteleira, Moda e Artigos de Desporto
Mira Forum
Miranda Law Firm
Mordomo à medida
Nobre Alimentação Lda
NPISA
NPISA Porto
Obra Paulo VI
Observatorio do Trauma
OPP - Ordem dos Psicólogos Portugueses
Paróquia S. Domingos Sávio
Paulus
Peixaria Sanamar
Pestox
PLMJ
Primefood
Proatlantico
Rede Regional do Norte de Apoio e Protecção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos - APF
Rotary Club do Porto
Sabor Latino
Santa Casa da Misericórdia de Évora
Santa Casa da Misericórdia do Porto
Santa casa da Misericórdia Lisboa - NATT-PP - Núcleo de Assessoria Técnica ao tribunal - Pormoção e proteção
Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde – Casa das Rosas
Segurança Social
Segurança Social Vila Nova de Gaia
SVE-Serviço de Voluntariado Europeu
Terra Abrigo
UACS - União de Associações do Comércio e Serviços
UCP
UCSP Évora
Unidade de desenvolvimento Social - Porto
Unidade Local de Saúde do Alentejo Central
Unilabs

M
M
B
F
K

29 de março 2025

A Direção:

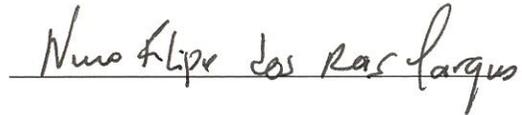
Domingos Alberto Domingues de Freitas



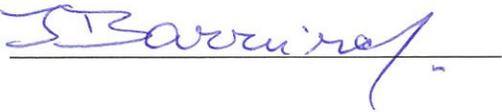
Maria Irene Azevedo Guia



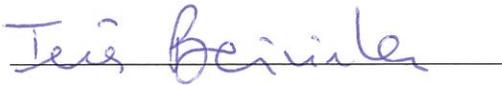
Nuno Filipe dos Reis Marques



José António de Almeida Barreiros



Inês Susana Costa Braizinha







14

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2024

